

Kwame Nkrumah

LUTA DE CLASSES NA ÁFRICA

Edições NOVA CULTURA



Proletários de todo o mundo, uni-vos!



Kwame Nkrumah

Luta de Classes em África

Edições Nova Cultura

2ª edição

2018

© 2018 - NOVACULTURA.info

Autorizamos que o conteúdo deste livro seja utilizado ou reproduzido em qualquer meio ou forma, seja impresso, digital, áudio ou visual por movimentos de massas, organizações, sindicatos, associações, etc.

Edições NOVA CULTURA

www.novacultura.info/selo



O selo *Edições Nova Cultura* foi criado em julho de 2015, por iniciativa dos militantes da **UNIÃO RECONSTRUÇÃO COMUNISTA**, com o objetivo de promover e divulgar o marxismo-leninismo.

NKRUMAH, Kwame; Luta de Classes em África. 2ª Edição. 2018.

Conselho Editorial: União Reconstrução Comunista

ESSA OBRA É LICENCIADA POR UMA LICENÇA *CREATIVE COMMONS*

Atribuição – Uso Não Comercial – Compartilhamento pela mesma licença 3.0 Brasil.

É permitido:

– Copiar, distribuir, exibir e executar a obra – criar obras derivadas



Sob as seguintes condições:

ATRIBUIÇÃO: Você deve dar crédito ao autor original, da forma especificada pelo autor ou licenciante; USO NÃO COMERCIAL: Você não pode utilizar esta obra com finalidades comerciais; COMPARTILHAMENTO PELA MESMA LICENÇA: Se você alterar, transformar ou criar outra obra com base nesta você somente poderá distribuir a obra resultante sob uma licença idêntica a esta.

– Para cada novo uso ou distribuição, você deve deixar claro para outro, os termos da licença desta obra.



[...] “Existe apenas uma forma de atingir o socialismo: pela elaboração de políticas voltadas para os objetivos socialistas gerais, cada uma das quais demandando uma forma particular nas circunstâncias específicas de um determinado estado em um período histórico definido. O socialismo depende do materialismo dialético e histórico, na visão de que há apenas uma natureza, sujeita em todas as suas manifestações às leis naturais e que a sociedade humana é, nesse sentido, parte da natureza e sujeita às suas próprias leis de desenvolvimento. É a eliminação das fantasias de cada ação socialista que faz do socialismo científico. Supor que existem socialismos tribais, nacionais ou raciais é abandonar a objetividade em favor do chauvinismo”.

KWAME NKRUMAH

ÍNDICE

Apresentação	13
--------------------	----

Luta de Classes em África

Introdução	23
Origens das classes na África	26
O conceito de classe	30
Características e ideologias de classe	36
Classe e raça	40
Elitismo	43
“Intelligentsia” e intelectuais	48
Claques reacionárias no seio do Exército e da polícia	54
Golpes de Estado	61
A burguesia	68
O proletariado	79
O campesinato	92
A revolução socialista	97
Conclusão	102

Apresentação

A tarefa de aplicar o marxismo-leninismo, a teoria do socialismo científico às condições concretas de cada realidade específica é a tarefa de todos os revolucionários que aspiram ao socialismo e à emancipação humana, e tal tarefa torna-se ainda mais imperiosa para comunistas dos países do terceiro mundo, pertencentes às nações oprimidas por séculos de dominação imperialista. *Luta de Classes em África*, para além da teorização acerca da realidade específica do continente africano, é uma demonstração excelente da aplicação da capacidade criadora e viva do marxismo-leninismo para a realidade de África, em defesa intransigente das aspirações dos povos africanos por independência, unidade, do combate ao neocolonialismo, e do socialismo como única forma de se atingir concretamente tais aspirações.

Kwame Nkrumah, destacado líder revolucionário pan-africanista de Gana, nascido em Gana, à época “Costa do Ouro”, começa sua militância política quando ainda era estudante nos EUA, no movimento pan-africanista, se tornando presidente da Associação de Estudantes Africanos, além de outras organizações. Teve papel importante, no quinto Congresso Pan-Africano de 1945 (Congresso Pan-Africano com mais pessoas de origem africana, e um dos que mais se enfatizou a questão do socialismo e o movimento anticolonial).

Em 1947, após fundar a Convenção Unida da Costa do Ouro retorna para sua terra natal, ingressando no movimento contra o colonialismo britânico, e ali foi preso imediatamente após sua chegada. Após protestos populares exigindo sua libertação, é solto e faz o chamado por uma greve geral e pela

independência imediata. Ali, se organiza em torno do movimento operário, das mulheres e dos agricultores de cacau. Dando um salto qualitativo organizacional para a luta anticolonial, em uma manifestação de massas, anuncia a criação do Partido da Convenção do Povo, de vanguarda e de massas, e começam a pautar em 1950, a campanha de “Ação Positiva”, que se baseava no boicote aos produtos britânicos, agitação e propaganda pela independência, não cooperação e greves. Em resposta a isto, as autoridades coloniais novamente o prenderam. Ainda assim, o Partido continuou a se mobilizar em defesa da Independência, e em resposta aos inúmeros protestos populares (vários reprimidos violentamente), os colonialistas ingleses cederam e chamaram eleições gerais para uma Assembleia Legislativa, onde o PCP obteve massiva maioria, e assim Nkrumah é solto para formar o novo governo, ainda sob supervisão britânica. Em 1957, conquistaram a independência, e adotaram o nome do antigo Império, Gana.

No discurso de 6 de março de 1957, ao proclamar independência de Gana, Nkrumah fez um chamado a todas as nações oprimidas do continente africano: “nossa independência é carente de sentido se não for ligada à libertação de todo o continente africano”. Assim, Nkrumah faz um chamado de unidade de todo o continente para a garantia concreta da independência. Um ano depois, perseguindo objetivos de unidade, Nkrumah organiza, em Accra, capital de Gana, a Conferência dos Estados Independentes Africanos, com oito Estados participantes. A conferência tentou se colocar como guia e suporte das lutas de libertação nacional do continente africano, e levar a cabo as tarefas de concretização da libertação nacional e de unidade do continente, pela autodeterminação dos povos, e colocou as seguintes tarefas para os mo-

vimentos de libertação nacional e pós-independência: independência nacional, consolidação nacional, unidade transnacional, e reconstrução econômica segundo os princípios do socialismo científico. Em dezembro do mesmo ano, mais uma tentativa de dar unidade à luta anticolonial do continente: a I Conferência dos Povos Africanos. Além de delegações de 28 países, também compareceram representantes de 62 movimentos de libertação nacional do continente. Sua obra “África deve se unir”, que coloca os objetivos a longo prazo de socialismo e pan-africanismo, também foi lançada na reunião fundacional da Organização da Unidade Africana.

Todas estas tentativas de Nkrumah, de chegar à unidade das nações do continente africano em defesa de seus interesses contra o imperialismo são relacionadas com sua concepção, de que para a plena conquista da independência e autodeterminação deveria vir acompanhada de uma resistência de tipo continental, e para tal, deveria se perseguir os objetivos da formação dos Estados Unidos de África: “nós, aqui na África que agora estamos pressionando por unidade, estamos profundamente cientes da validade de nosso objetivo. Precisamos da força de nossos números e recursos combinados para nos proteger dos perigos inegáveis de retornarmos para o colonialismo em formas mascaradas. Precisamos disto para combater as forças enraizadas que dividem nosso continente e que ainda influenciam negativamente milhões dos nossos irmãos. Precisamos disto para assegurar a total libertação africana. Precisamos disto para levar adiante nossa construção de um sistema sócio-econômico que levará as grandes massas de nossa população que aumenta constantemente, a níveis de vida que se compararão aos daqueles nos países mais avançados”. “O desenvolvimento econômico do continente deve ser planejado e buscado como um todo. Uma

confederação fraca desenhada apenas para cooperação econômica não forneceria o objetivo de unidade necessária. Apenas uma forte união política pode trazer o desenvolvimento pleno e eficaz de nossos recursos naturais para o benefício de nosso povo. Temos atualmente 28 Estados na África, excluindo a União da África do Sul, e aqueles países que ainda não são livres. Nada menos do que nove desses estados têm uma população de menos de três milhões. Podemos acreditar seriamente que as potências coloniais queriam que estes países fossem Estados viáveis, independentes? O exemplo da América do Sul, que possui tanta riqueza quanto, se não mais do que a América do Norte, e ainda assim permanece fraca e dependente dos interesses externos, é um exemplo que todo africano faria bem em estudar. A escassa atenção dada à oposição africana aos testes atômicos franceses no Saara, e o infame espetáculo das Nações Unidas no Congo tergiversando sobre sutilezas constitucionais enquanto que a República beirava à anarquia, são a prova do desprezo à independência africana pelas grandes potências. Existe uma época na história de cada povo quando o momento demanda ação política. Foi nesse momento da história dos Estados Unidos, quando os Pais Fundadores foram capazes de enxergar além das disputas mesquinhas dos Estados separados e criaram uma União. É a nossa chance. Devemos agir já. Amanhã pode ser muito tarde e a oportunidade terá passado, e assim a esperança da sobrevivência da África livre”.

No entanto, sua proposta de se criar esta unidade continental gerou contradições entre alguns líderes de países africanos pós-independência que não pretendiam dar fim às condições que geravam a dependência e subordinação, e estavam substituindo o colonialismo pelo neocolonialismo. Ao

passo que Nkrumah concebia que a “garantia formal de independência criou um sistema mais maniqueísta de dependência e exploração, já que para aqueles que os praticam, significa poder sem responsabilidade, e para aqueles que sofrem com isto, significa exploração sem remediação. Nos tempos do colonialismo à moda antiga, a potência imperialista tinha ao menos que explicar e justificar dentro da metrópole as ações que levavam a cabo. Na colônia, aqueles que serviam à potência imperialista dominante poderiam ao menos procurar por sua proteção contra qualquer movimento violento feito por seus oponentes. Com o neocolonialismo nenhum dos dois é o caso”, e que “a essência do neocolonialismo é que o Estado que está submetido a ele é, na teoria, independente e possui todos os indicadores externos de soberania internacional. Mas na verdade, seu sistema econômico e, portanto, sua política interna, é dirigida de fora. O capital estrangeiro é usado para exploração ao invés do desenvolvimento das partes menos desenvolvidas do mundo. O investimento sob o neocolonialismo aumenta, ao invés de diminuir, a lacuna entre países ricos e pobres do mundo. Isto não significa que todo o capital do mundo desenvolvido deva ser excluído, mas ser excluído de ser usado de forma que se empobreça a parte menos desenvolvida”.

Assim, os esforços de criar os Estados Unidos de África não foram levados adiante.

Nkrumah se esforçou também em teorizar sobre a aplicação concreta da verdade geral do socialismo científico para a realidade africana, concebendo a necessidade da construção do socialismo conjuntamente com a liberdade e unidade dos povos africanos em sua luta por autodeterminação. Combinando a capacidade criadora e viva do marxismo com a re-

alidade e aspirações práticas dos povos africanos, teoriza sobre o Consciencismo como aplicação da verdade geral do socialismo científico para a realidade africana, partindo do marxismo-leninismo, mas também dando elementos novos a este, assim como fizeram os coreanos liderados por Kim Il Sung ao teorizarem sobre a ideia Juche.

A filosofia do consciencismo se baseia em alguns princípios, partindo do materialismo histórico dialético: a matéria é a fonte de todo conhecimento; a matéria é um “pleno de forças em tensão”; por conta disso a matéria é capaz de um movimento interno auto induzido; que o movimento da matéria é tanto unilinear quanto em saltos, isto é, uma mudança na matéria é tanto quantitativa e qualitativa; a mente tem existência distinta ainda que seja produto da matéria; existe interação entre a mente e a matéria, mas a matéria é primária; na interação da matéria e da mente, pressupostos, teorias e conclusões são permitidos, mas as hipóteses, teorias e conclusões são válidas somente quando confirmadas na prática.

Nkrumah, ao mesmo tempo que desenvolvendo a teoria do socialismo científico para a realidade concreta dos povos africanos, também tratou de criticar as teorias de “socialismo árabe” e “socialismo africano”, afirmando que haveria apenas um socialismo verdadeiro, o socialismo científico, e ante deste tais termos eram “mitos que negavam a luta de classes” e pretendiam combater o comprometimento genuíno com o socialismo para a África: “enquanto não existe dogma para a revolução socialista, e as circunstâncias específicas em um período histórico determinará a forma precisa que terá, não se deve ter nenhuma vacilação quanto aos objetivos socialistas. Os princípios do socialismo científico são universais e permanentes, e envolvem a genuína socialização dos processos produtivos e distributivos. Aqueles que,

por motivações políticas, falam de socialismo, enquanto auxiliam e são cúmplices do imperialismo e neocolonialismo, servem aos interesses da burguesia. Operários e camponeses podem ser enganados por um tempo, mas à medida que a consciência de classe se desenvolve os falsos socialistas são expostos e a revolução socialista torna-se possível”.

Nkrumah, após a publicação de seu livro *Neocolonialismo, o último estágio do imperialismo* chamou a atenção do imperialismo estadunidense, fato evidenciado pela carta do subsecretário dos Estados Unidos para assuntos africanos, G. Mennen Williams para a embaixada norte-americana em Gana, afirmando que Nkrumah estava indo contra interesses do governo dos Estados Unidos na África. Tanto foi assim, quando Nkrumah estava na China Popular em 1966, em reunião com o Premier Chu En-lai, oficiais chineses o avisaram que em Gana estava sendo levado a cabo um golpe militar contra seu governo. Um grupo chamado “Conselho pela Libertação Nacional”, com auxílio da CIA e do Departamento de Estado dos Estados Unidos, tomou o poder e executou os principais quadros dirigentes do PCP, além de fechar rádios e programas de TV, e joga as obras de Nkrumah na fogueira. A partir daí a transição para o socialismo que pretendia realizar em Gana é rompida, e se põe no lugar um governo fantoche do imperialismo. Nkrumah vai para o exílio em Guiné de Ahmed Sekou Touré, e morre na Romênia, em decorrência de um câncer.

A publicação de *Luta de classes em África*, pelo selo Edições Nova Cultura, pretendemos cumprir o papel de divulgar não apenas das grandes lutas de libertação nacional dos povos da África, mas também as lutas pela aplicação do marxismo ao continente africano, compreendendo que apenas o socialismo pode concretamente pôr fim à sangria colonial e

imperialista. No atual contexto, de ofensiva imperialista contra a África, a leitura de Nkrumah e outros revolucionários africanos é fundamental, em defesa da autodeterminação dos povos, contra o imperialismo e pelo socialismo.

UNIÃO RECONSTRUÇÃO COMUNISTA

LUTA DE CLASSES EM ÁFRICA

Introdução

Devido à diversidade existente em África de condições políticas, sociais e económicas, não é tarefa fácil generalizar em termos políticos e sócio-económicos. Encontram-se ainda vestígios em um estágio comunitário e feudal e, em determinadas regiões do continente, o modo de vida tradicional se modificou muito pouco. Por outro lado, houve regiões que atingiram um nível elevado de industrialização e urbanização. No entanto, apesar da diversidade sócio-económica e política, é possível distinguir determinados problemas e situações que parecem comuns aos Estados africanos, derivados de um passado tradicional, aspirações comuns e experiência compartilhada sob o domínio do imperialismo, colonialismo e neocolonialismo. Não há nenhuma parte do continente que não tenha conhecido a opressão e exploração e que não esteja implicada no processo da revolução africana. Por todos os lados torna-se cada vez mais evidente a unidade de propósitos dos povos de África, e não há nenhum dirigente que, para manter seu poder, não pretenda ao menos aderir à causa dos objetivos revolucionários de libertação, unificação e socialismo.

Assim, chegou o momento de passar à fase decisiva do processo revolucionário, na qual a luta armada que há pouco começou deve ser agora intensificada e coordenada a níveis estratégicos e táticos.

Ao mesmo tempo, é preciso atacar com determinação a minoria reacionária, fortemente entrincheirada entre nossos povos. Porque a sucessão de golpes de Estado reacionários, perpetrados na África ocidental e central, e a eclosão de guerras civis demonstram claramente a importância e a natureza da luta de classes na África e a relação existente entre os interesses do neocolonialismo e os da burguesia local.

A luta de classes está no cerne do problema. Os comentadores políticos e sociais tiraram durante demasiado tempo conclusões erradas, postulando que a África constituía uma entidade distinta, a qual não se aplicavam os critérios económicos e políticos válidos para o resto do Mundo. Espalharam-se mitos tais como os do “socialismo africano” e do “socialismo pragmático”, sugerindo a existência de uma ou mais variedades de socialismo exclusivamente africano; e quanto a nossa história, escreveram-se teorias sócio antropológicas e históricas, em termos que pareciam ignorar que a África teve um passado histórico pré-colonial. Uma destas distorções sugeria que a luta de classes, existente em outras partes do Mundo, não se verificava em África. Nada está mais longe da verdade. A África é atualmente o cenário de uma violenta luta de classes.

Basta olharmos à nossa volta. Como por toda a parte, trata-se fundamentalmente de uma luta entre opressores e oprimidos.

A revolução africana é parte integrante da revolução socialista mundial, e da mesma forma como a luta de classes é base do processo revolucionário mundial, está também na base da luta dos operários e camponeses de África.

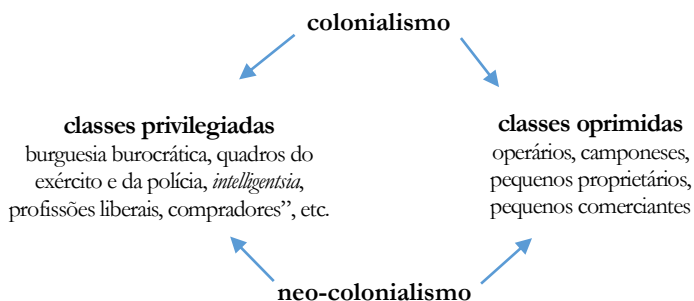
Durante o período precedente à independência, as divisões de classe foram momentaneamente esquecidas, período esse em que parecia existir unidade nacional e todas as classes se ligaram com o objetivo de expulsar o poder colonial. Foi esta época que inspirou a tese segundo a qual a África não conhecia divisões sociais e não havia luta de classes em uma sociedade tradicional africana comunitária e igualitária. Esta teoria provou-se falsa. A independência fez emergir de novo, por vezes até com maior intensidade, as divisões soci-

ais, temporariamente esquecidas na luta pela liberdade política, sobretudo nos Estados recentemente independentes de tendência socialista.

Porque a burguesia africana, classe que se desenvolveu sob o colonialismo, é a mesma classe que beneficia, depois da independência, do neocolonialismo. O seu interesse reside na manutenção das estruturas sócio-econômicas capitalistas. A sua aliança com o neocolonialismo e o capital financeiro monopolista internacional coloca-a em conflito direto com as massas africanas, cujas aspirações só serão realizadas num socialismo científico.

Ainda que numérica, financeira e politicamente inferior à burguesia dos países superindustrializados, a burguesia africana dá a impressão de ser uma força econômica devido à sua estreita ligação com os interesses capitalistas financeiros e comerciais das potências estrangeiras. São numerosos os membros da burguesia africana que, sendo empregados em firmas estrangeiras, têm um interesse direto na manutenção da exploração econômica de África pelas potências estrangeiras. Outros, ocupando postos na função pública, em sociedades mineiras, empresas, exército, polícia e nas profissões liberais, reclamam-se do capitalismo devido à sua origem de classe, à sua educação no estrangeiro e à sua posição privilegiada. Esses veneram as instituições e organizações do mundo capitalista e copiam os seus antigos mestres coloniais, de quem estão bem decididos a preservar o estatuto e o poder que herdaram.

MINORIA PRIVILEGIADA E MASSAS OPRIMIDAS DURANTE AS ÉPOCAS COLONIAL E NEOCOLONIAL



A África possui, assim, um núcleo central de burguesia, pouco diferente do dos colonizadores pelas posições privilegiadas que ocupa, e que constitui uma minoria egoísta, interessada, reacionária, entre vastas massas exploradas e oprimidas. Apesar do seu aparente poder, que repousa no apoio que recebe do neocolonialismo e do imperialismo, esta burguesia é extremamente vulnerável. Basta que este elo vital seja rompido para que perca suas posições privilegiadas. E perante a tomada de consciência da luta de classes na África e o levante crescente das massas operárias e camponesas, a burguesia africana e seus acólitos disfarçados, neocolonialistas e imperialistas, vacilam.

Origens das classes na África

Com uma superfície total de 20 milhões de km² e população avaliada em 500 milhões, a África e suas ilhas poderiam englobar facilmente a Índia, a Europa, o Japão, as Ilhas Britânicas, a Escandinávia e a Nova Zelândia. Os Estados Uni-

dos caberiam facilmente na extensão do deserto do Saara. Geograficamente, a África apresenta-se como uma massa compacta que por seus recursos naturais é potencialmente o continente mais rico do Mundo.

Muito antes do começo da era colonial, a África, cujo desenvolvimento econômico é desigual, possuía sistemas políticos muito complexos. É neste mundo africano, a que chamam subdesenvolvido, na Ásia e na América Latina que a luta de classes e o combate contra a exploração do homem pelo homem passaram ao estágio decisivo, irreversível, do processo revolucionário.

Não seria inexato afirmar que a consciência política das massas africanas nasceu, de certo modo, das estruturas sócio-econômicas tradicionais. Por exemplo, a sociedade de tipo comunitário, a terra e os meios de produção pertenciam à comunidade. Era a época da propriedade pública. O trabalho era não apenas uma necessidade, mas também um hábito. Quem quer que alugasse uma parcela de terra para uso pessoal não era livre de fazer o que lhe apetecesse com ela, porque, na realidade, a terra pertencia à comunidade.

Os chefes estavam submetidos ao rigoroso controle dos conselheiros e podiam ser demitidos.

Sabe-se de cinco grandes tipos de relações de produção: o comunismo primitivo, o escravismo, o feudalismo, o capitalismo e o socialismo. Este último conduz ao comunismo. A luta de classes é o resultado do surgimento da propriedade privada e do declínio da sociedade de tipo comunitário, em proveito das sociedades escravagista e feudal.

De modo geral, os povos africanos passaram, no começo da era colonial, a um estágio superior de sociedade comunitária caracterizado, por um lado, pela dissolução da de-

mocracia tribal e, por outro, pelo nascimento de relações feudais e de sistemas hereditários tribais e monárquicos. Sob o impulso do imperialismo e do colonialismo, as estruturas sócio-econômicas deste tipo de sociedade dissolveram-se logo após a introdução de culturas de exportação, tais como o cacau e o café. As economias das colônias ligaram-se estreitamente aos mercados do mundo capitalista. Com o capitalismo e o individualismo, tendências para a propriedade privada desenvolveram-se. Pouco a pouco, a sociedade comunitária primitiva desintegrou-se, e isto foi o declínio do espírito coletivo. Assistiu-se a partir daí a uma expansão da exploração agrícola privada e da pequena produção.

Os europeus não tiveram dificuldade nenhuma para se apropriarem das terras que então eram bens públicos. Assim, no Malawi, mais de 16% das terras foram apropriadas e aproximadamente 3/4 estavam sob controle de onze grandes sociedades. Quando a terra era apropriada pelos colonos, os “proprietários” africanos tornavam-se, em alguns casos, rendeiros ou locatários, mas somente em terras que os colonizadores julgavam pouco rentáveis para si. Estes últimos recebiam do Governo Britânico, por meio dos consulados, títulos de propriedade. E qualquer terra que não pertencesse a ninguém em particular era declarada “propriedade da Coroa”. Isto repetia-se em outras partes da África colonizada.

O colonialismo aboliu a propriedade comunal em proveito da propriedade privada. O “sistema de governo indireto” fez dos chefes nativos instrumentos e, muitas vezes, agentes do poder colonial.

A alienação da terra e dos seus recursos naturais, ou seja, dos meios de produção, provocou o surgimento de dois setores econômicos: os setores africano e europeu, sendo o primeiro submetido à exploração do segundo. A agricultura

de subsistência desapareceu pouco a pouco e os africanos viram-se obrigados a oferecer seus serviços aos colonialistas, que capitalizaram os proveitos que daí retiraram. Foi nestas condições que surgiu a luta de classes, que era também uma luta de raças.

Com o desenvolvimento da produção de mercadorias destinadas à exportação, as economias de monocultura tornaram-se dependentes do capitalismo estrangeiro. As colônias tornaram-se centros de investimento e exploração. Capitalismo tornou-se sinônimo de colonização. Ao mesmo tempo, o desenvolvimento da iniciativa privada, juntamente com a expansão da administração colonial, fez nascer uma pequena burguesia primeiramente, depois uma burguesia urbana, composta por burocratas, intelectuais reacionários, comerciantes, que se ligaram cada vez mais a estruturas sócio-econômicas coloniais.

A fim de facilitar a exploração, os colonialistas impediram todo o progresso social e cultural nas colônias. Restauraram e preservaram formas arcaicas de relações sociais e, em seguida, introduziram modos de produção e relações sociais capitalistas. Com o objetivo de reforçar a autoridade dos administradores coloniais, os conflitos tribais foram por vezes deliberadamente encorajados.

Sempre no interesse do capitalismo, foram empreendidos certos desenvolvimentos econômicos no domínio das indústrias extrativas, das plantações e das explorações agrícolas de tipo capitalista, da construção de portos, de estradas e de ferrovias. Como resultado disto, produziram-se profundas mudanças sociais. O aparecimento de um proletariado rural e urbano provocou o declínio do feudalismo e do semifeudalismo. Nesta mesma altura verificou-se o surgimento de uma burguesia e de uma *intelligentsia* nacionais.

Nesta situação, os trabalhadores africanos viam nas companhias estrangeiras e nos colonos europeus os seus exploradores.

Assim, a luta de classes na África foi dirigida, a princípio, contra o imperialismo, e não contra a burguesia local. Foi isto que retardou o despertar das massas africanas, impedindo-as, por essa forma, de compreender mais cedo que a burguesia local era seu real inimigo.

No fim do período colonial, a maioria dos Estados africanos estavam dotados de uma máquina administrativa bem montada, também de uma aparente democracia parlamentar, dissimulando um Estado coercivo dirigido por uma elite burocrática toda poderosa. Estes Estados compreendiam: uma *intelligentsia* totalmente ligada aos valores ocidentais; um movimento operário praticamente inexistente; um exército e polícia cujos quadros haviam sido formados nas academias militares ocidentais, e dirigentes preparados para uma administração de tipo colonial.

Contudo, e felizmente, é preciso notar o surgimento, no decorrer das lutas de libertação nacionais, de dirigentes saídos das massas e das quais tinham total apoio. Os seus objetivos não se limitavam somente à libertação política, mas também e, sobretudo, visavam uma transformação radical da sociedade. Se estes dirigentes revolucionários se aliaram à burguesia nacional, durante as lutas para a independência nacional, separaram-se dela imediatamente após a conquista da independência, firmemente decididos a lutar pelos ideais socialistas. A luta ainda continua.

O conceito de classe

A luta de classes é um tema histórico de importância fundamental. Qualquer sociedade não socialista compreende

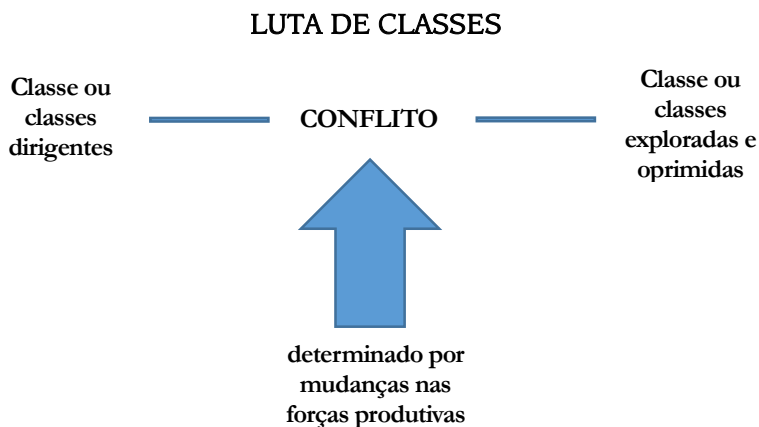
duas grandes categorias de classes: as classes dirigentes e as classes dominadas. As primeiras detêm os instrumentos econômicos de produção e de distribuição e os meios de estabelecer sua dominação política, enquanto que as classes dominadas não fazem senão servir aos interesses das classes dominantes, de quem são dependentes no plano político, econômico e social. O conflito que opõe dirigentes e dominados é o resultado do desenvolvimento das forças produtivas.

Com a introdução da propriedade privada e da exploração capitalista dos trabalhadores, os capitalistas tornam-se uma nova classe – a burguesia – e os trabalhadores explorados formam a classe operária, porque, em última análise, uma classe não é senão o conjunto de indivíduos ligados por determinados interesses que tentam salvaguardar.

Qualquer forma de poder político – regime parlamentar, multipartidarismo, sistema de partido único, ditadura militar – reflete os interesses de uma ou várias classes sociais. Assim, qualquer governo socialista é a expressão dos interesses dos operários e camponeses, enquanto que um governo capitalista representa a classe exploradora. O Estado é, portanto, a expressão da dominação de uma classe sobre as demais classes.

Do mesmo modo, os partidos políticos são expressão das diferentes classes. Poder-se-ia então concluir daí que um Estado de partido único não conhece um sistema de classes. O que nem sempre é o caso, a não ser que um Estado seja expressão da dominação política pelo povo. Em muitos Estados com um sistema bipartidário ou multipartidário, e onde as categorias sociais são muito nítidas, o governo não representa, de fato, senão um único partido. Tomemos como exemplo os Estados Unidos, onde os partidos Republicano e

Democrático não são senão duas tendências de um único e mesmo partido: o das classes possuidoras.



Entre os Partidos Conservador e Trabalhista, na Grã-Bretanha, há praticamente pouca diferença. Concretamente, o Partido Trabalhista, criado para defender os interesses da classe operária, converteu-se em um partido de tendência burguesa. Os partidos Conservador e Trabalhista são, desta maneira, expressão dos interesses da burguesia, de quem refletem a ideologia.

A única solução possível para a desigualdade social é a abolição do sistema de classes. Porque a divisão existente entre aqueles que planificam, organizam e administram, por um lado, e os que executam trabalhos manuais, por outro, reproduz incessantemente o sistema de classes.

Em geral, é difícil, se não impossível, a um indivíduo evadir-se do seu meio de origem. Mesmo quando se fala de

“igualdade de oportunidades”, a desigualdade subsiste, quando a intenção de “oportunidade” é aspirar a uma posição mais elevada em uma sociedade estratificada. As classes dirigentes não têm apenas força de coesão: estão também conscientes da sua posição dominante, assim como do fato de que terão de defender seus interesses e sua posição, perante a ameaça da revolta – cada dia mais premente – do proletariado africano. Porque em África a classe dirigente constitui só 1% da população total, contra 90% que representam massas rurais e os 5% do proletariado urbano.

Contudo, a luta de classes na África sofreu com a presença dos interesses estrangeiros e dos seus representantes. E todas as outras contradições foram dissimuladas pelo conflito que opõe povos africanos e interesses neocolonialistas, colonialistas e imperialistas. É esta, em parte, a razão pela qual os partidos políticos apareceram tão tarde em África.

O quadro seguinte é uma descrição esquemática da sociedade africana contemporânea.

<i>Classes</i>	<i>Organização interna das classes</i>	<i>Elites</i>
camponeses		
proletariado (assalariado)	- rural, trabalhadores agrícolas, etc. - industrial (empregado nas grandes indústrias, nas minas, nos transportes)	
pequena burguesia		
a) agricultores (pequena burguesia rural, proprietária, empregando mão-de-obra);	- estatuto social baseado na importância da propriedade e na mão-de-obra empregue;	

b) pequena burguesia das cidades (pequenos comerciantes, artífices).	- estatuto social determinado pela importância e número de negócios e propriedades.	
burguesia nacional reclamando-se do capitalismo:	- alta	- intelectuais - altos burocratas
- comerciantes	- média	- quadros do Exército
- comerciantes		- profissões liberais (grandes juristas, médicos, etc.)
- altos funcionários		
- compradores (quadros superiores nas sociedades estrangeiras).		- tecnocratas
- empreiteiros		
- profissões liberais e chefes de serviços administrativos, etc.		
autoridades tradicionais (assente na tradição, nos costumes, etc., e não na propriedade de terras)	- chefes de clãs - chefes - soberanos - emires	

É ao desenvolvimento desigual da economia africana que deve-se a diversidade das estruturas sociais, tanto nos territórios colonizados como nos novos Estados.

Assim, na Rodésia, 4 milhões de africanos são obrigados a viver em um espaço muito inferior à metade da superfície total do território. Em outras palavras, mais de metade do território está nas mãos de uns 500 mil europeus. É tal estado de coisas a origem do fosso que separa brancos ricos e camponeses e trabalhadores africanos pobres, politicamente paralisados. Como em todas as regiões sob dominação colonial,

trata-se, antes de tudo, de um problema racial. Os senhores são brancos, e os desprovidos, negros, e todos os argumentos habituais – mito da inferioridade racial, direito de dominação dos mais capazes – foram apresentados para justificar o sistema de dominação racial e seu reforço.

Na África francófona, os esquemas sociais nasceram de divisões particulares nesta zona de colonização. Havia primeiramente os “cidadãos franceses” e os colonos franceses, depois, os “assimilados” – isto é, os mulatos e a *intelligentsia* negra –, os africanos que conseguiram entrar no Exército e na Administração à custa dos seus próprios esforços; por fim estavam os *sujets*, compreendendo as grandes massas populares. Se o «assimilado podia facilmente tornar-se “cidadão”, o *sujet* tinha primeiro de se tornar “assimilado”. Tal sistema existia em todas as colônias francófonas, assim como nos territórios sob dominação colonial espanhola e portuguesa. Segundo o princípio da assimilação, todo *sujet* podia naturalizar-se francês. De fato, mesmo aqueles que tinham atingido um nível de educação relativamente elevado não pretendiam desfrutar de tal privilégio, pois, fora das “quatro comunas”, a cidadania francesa era incompatível com a retenção do estatuto pessoal, ou seja, do direito de viver segundo o direito consuetudinário africano, por oposição ao código civil francês. Havia nisto uma certa lógica, do ponto de vista assimilacionista. Quem quer que aceitasse a nacionalidade francesa devia aceitar as leis e instituições francesas e, por conseguinte, a monogamia e o direito de sucessão. Tais obrigações não fazem mais do que destacar o insucesso da política de assimilação, que já não se mostrava rentável. E, fora destas “quatro comunas”, o termo “cidadão francês” permaneceu como sinônimo de “francês branco e metropolitano”.

Enquanto que a natureza dos laços econômicos entre colônia e metrópole determinava a natureza do conflito social de uma dada região, certos fatores sublinhavam a importância da imposição dos valores culturais do invasor colonial, se bem que se pudesse, em seguida, atribuí-los às alterações observadas na estrutura das relações de produção.

Nas colônias britânicas, um certo grau de urbanização permitiu o desenvolvimento de uma burguesia e de minorias elitistas burguesas que desenvolveram suas próprias atitudes e organizações de classe.

Conseguir um trabalho de escritório tornou-se a ambição de todo africano desejoso de subir na hierarquia social. Os trabalhos manuais e agrícolas pareciam indignos para todos os que tinham recebido mesmo o grau mais rudimentar de instrução.¹

Mas foi apenas depois da conquista colonial que se desenvolveu uma estrutura de classe de tipo europeu, delineando dois grupos bem distintos: o proletariado e a burguesia. Observadores reacionários nunca quiseram admitir isto, a pretexto de que as sociedades africanas eram homogêneas, logo, sem classes. Uma tal teoria é um desafio à evidência da própria luta de classes.

A burguesia é declaradamente aliada dos neocolonialistas, colonialistas e imperialistas, na vã esperança de manter as massas africanas em um estado de permanente sujeição.

Características e ideologias de classe

Existe uma estreita relação entre o desenvolvimento sócio-político, a luta de classes e a história das ideologias. Em

1. Na África pré-colonial, nas condições do regime comunitário, do escravismo ou do feudalismo, já existiam embriões da clivagem em classes.

geral, os movimentos intelectuais refletem fielmente as tendências fundamentais dos desenvolvimentos econômicos. Por outro lado, nas sociedades de tipo comunitário, onde praticamente não existe sistema de classes, as atividades humanas relacionadas com a produção têm uma influência direta na psicologia dos indivíduos. Além disso é indispensável ter em conta a psicologia das classes antagônicas.

Cada uma dessas classes possui seus hábitos sociais e de vestuário, as suas instituições e as suas organizações. A partir da aparência geral, comportamento e vestuário, é possível identificar o meio de origem de um indivíduo.

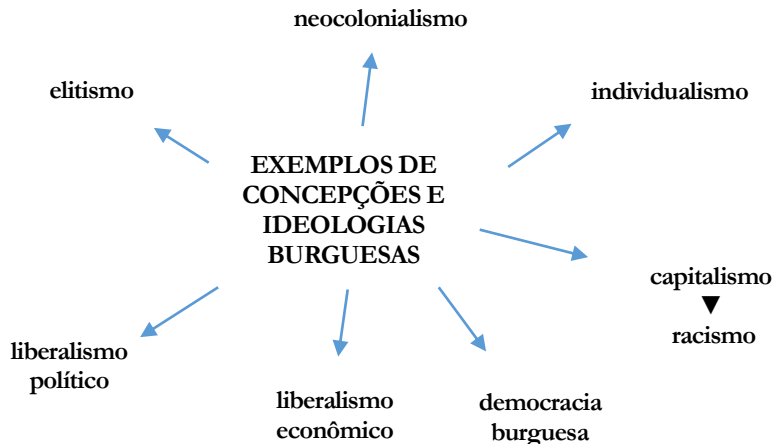
Cada classe tem também suas instituições e organizações: cooperativas e sindicatos, por exemplo, são próprias da classe operária, enquanto que associações profissionais, câmaras de comércio, bolsas de valores, clubes Rotary, lojas maçônicas, etc., são instituições burguesas.

As ideologias exprimem a consciência e os interesses das classes: liberalismo, individualismo, elitismo e “democracia” burguesa – que não passa de uma ilusão – são exemplos de ideologia burguesa. O fascismo, o imperialismo, o colonialismo e o neocolonialismo são igualmente a expressão do pensamento, das aspirações políticas e econômicas burgueses. O socialismo e o comunismo, pelo contrário, são as ideologias da classe operária, de quem refletem as aspirações e as instituições políticas e econômicas.

Expressão típica da ideologia burguesa é a teoria da liberdade considerada como a ausência de restrições, o *laissez faire*, a livre iniciativa, o “cada um por si”. Esta teoria define o papel de todo governo enquanto defensor da propriedade privada e do direito do indivíduo possuir meios de produção e distribuição. A liberdade limita-se ao campo político e não toca o campo econômico. O capitalismo – cuja única lei

é o seu próprio interesse – é sinônimo de liberdade econômica. Inseparável desta concepção de liberdade é o ponto de vista segundo o qual a riqueza e a pobreza correspondem a habilidade e inépcia. A esta concepção burguesa de liberdade associa-se o culto burguês de “Lei e Ordem” sem levar em consideração quem faz a lei, nem os interesses do povo, mas, pelo contrário, os de uma classe, de uma elite.

Em resposta à crescente violência revolucionária no mundo nestes últimos anos, a reação lançou uma nova terminologia enganadora. Os mitos da “maioria silenciosa” e do “cidadão médio” são outros exemplos que se aplicam a um espírito contrarrevolucionário e a favor do *status quo*. Na realidade, a classe operária, maioria nas sociedades capitalistas, está longe de ser silenciosa: grita alto sua intenção de levar a cabo uma transformação radical da sociedade.



Desejosa de adotar teorias e tendências da burguesia europeia, a burguesia africana confunde com frequência classes e raças. Não conhecendo suficientemente a sociedade europeia, é incapaz de discernir as características de cada classe, tanto no comportamento como na linguagem, nos hábitos de vestuário, em suma, tudo o que na Europa denuncia o meio de origem. Membros da classe operária europeia vivem como burgueses nas colônias.

Apesar do nível de vida que levam (têm carros, criadas; suas mulheres estão livres dos trabalhos domésticos), as suas origens sociais não podem escapar à perspicácia dos seus compatriotas.

Aspirando a um estatuto social elevado, logo a seguir à independência a burguesia nativa imitou o modo de vida dos seus antigos senhores coloniais, sem saber que imitava uma raça, e não uma classe. A burguesia africana adotou, pois, um modo de vida que, sendo o da antiga classe dirigente, não é verdadeiramente o da burguesia europeia. Tomou hábitos de um grupo racial, em uma situação colonial. Neste sentido, a burguesia africana não faz mais do que perpetuar a relação senhor-servo do período colonial.

Ao adotar servilmente ideologias da burguesia europeia, a burguesia africana criou certos mitos, desenvolvidos em um contexto africano, que refletem bem a mentalidade burguesa africana. A pretensa teoria da “negritude” é o exemplo mais flagrante disto. Esta pseudoteoria pretende conciliar a classe média africana, dominada por estrangeiros, com a ideologia burguesa francesa. Esta concepção contrarrevolucionária, irracional e racista, imbuída de valores ocidentais, reflete bem a confusão que reina no espírito de determinados intelectuais africanos de expressão francesa; e faz, além disso, uma descrição equivocada da personalidade africana.

O “socialismo africano” é uma outra concepção inconsequente e sem fundamentos, que pretende demonstrar a existência de uma forma de socialismo exclusivamente reservada à África e que está baseada nas estruturas comunitárias e igualitárias da sociedade africana tradicional.

O mito do socialismo africano é utilizado com o fim de negar a luta de classes e espalhar a confusão no espírito dos verdadeiros militantes socialistas. É utilizado pelos dirigentes africanos que se veem obrigados – no clima da revolução africana – a adotar uma teoria socialista, mas que estão, ao mesmo tempo, profundamente comprometidos com o capitalismo internacional e não têm a intenção de promover um desenvolvimento econômico verdadeiramente socialista.

Se a revolução socialista não passou a ser um dogma, na medida em que a forma que vier a assumir será determinada por circunstâncias específicas em um período histórico definido, é evidente que não pode assentar sobre compromissos. Os princípios do socialismo científico são imutáveis e implicam a socialização dos meios de produção e distribuição. Todos aqueles que, por oportunismo político, se dizem socialistas e estendem a mão ao imperialismo e neocolonialismo servem os interesses da burguesia. Induzidas momentaneamente ao erro, as massas acabarão por tomar consciência e desmascarar esse pretenso socialismo, tornando assim possível a aproximação de uma autêntica revolução socialista.

Classe e raça

Qualquer situação histórica produz a sua própria força dinâmica. Na África, os estreitos laços entre os problemas sociais e raciais nasceram da exploração capitalista: a escravidão, as relações senhor-servo e a mão-de-obra barata são exemplos fundamentais disto.

Um exemplo clássico é a África do Sul e a dupla exploração, de classes e racial, da qual sofrem os sul-africanos. Tal situação repete-se nos EUA, nas Antilhas, na América Latina e por toda parte onde o desenvolvimento das forças de produção engendrou uma estrutura social racista. Nestes países, a posição social é função do grau de pigmentação da pele. A cor serve para avaliar o lugar ocupado na hierarquia social.

Os sistemas sociais baseados na discriminação racial são o resultado de um desenvolvimento econômico capitalista, e não da colonização. Porque aí a exploração social está baseada em uma discriminação racial; em tais sociedades, a exploração capitalista e a opressão racial caminham de mãos dadas. Para colocar fim a isto basta abolir um destes tipos de exploração.

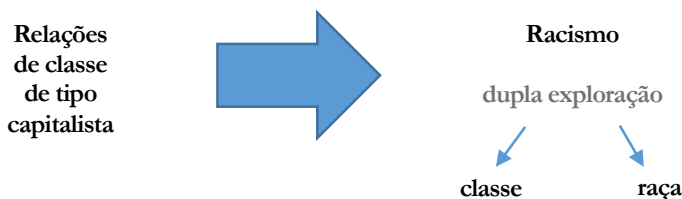
No mundo moderno, a luta das raças tornou-se parte integrante da luta de classes. Em outras palavras: o problema racial é simultaneamente um problema de classes.

Na África, como por toda parte, a industrialização acelerou o crescimento da burguesia e, ao mesmo tempo, de um proletariado consciente. As duas classes, fundamentalmente opostas nos seus objetivos (a burguesia não tem outra ambição senão seu enriquecimento e o poder político, enquanto que o proletariado tem aspirações ao socialismo e nacionalismo), constituem os fundamentos do Estado racista. As duas classes reclamam-se de duas ideologias bem distintas: a burguesia quer-se capitalista, enquanto que o proletariado tende para o socialismo.

Na África do Sul, onde diferentes grupos étnicos coexistem em bases discriminatórias, a burguesia constitui dificilmente 1/5 da população. Para proteger suas posições privilegiadas, britânicos e bóeres associaram-se contra “negros”, “gente de cor” e “indianos”, que constituem 4/5 da população

total. A “gente de cor” e os “indianos”, que são grupos minoritários, desempenham o papel de “tampões”, protegendo a minoria branca da maioria negra, a cada dia mais militante e revolucionária. A mesma luta sócio racial é empreendida nos outros territórios africanos sob a dominação colonial.

O aparecimento de uma sociedade não racial só pode ser fruto de uma ação revolucionária conduzida pelas massas. Não será nunca uma dádiva da minoria dirigente, porque é impossível separar as relações raciais das relações de classe que as sustentam. Aqui, ainda, poderia citar-se o exemplo da África do Sul. No começo da colonização holandesa, a distinção era feita, não entre brancos e negros, mas entre cristãos e pagãos. Somente a partir da introdução da economia capitalista é que apareceram as relações feudais de tipo capitalista e a discriminação racial conhecida pelo nome de *apartheid*. O *apartheid* é o sistema mais intolerável e iníquo jamais engendrado pelo Ocidente burguês capitalista: 80% da população da África do Sul, não sendo branca, não tem direito de voto.



A escravidão e a dominação racista colonial são, portanto, a causa, e não a consequência, do racismo. Esta situação cristalizou-se e reforçou-se depois da descoberta de ouro e diamantes. A mão-de-obra africana foi a partir de então comprada a baixo preço. Com o tempo, tornou-se necessário

justificar a exploração e a opressão dos trabalhadores africanos. Assim nasceu o mito da inferioridade racial.

Na época do neocolonialismo continua a atribuir-se o “subdesenvolvimento” à inferioridade racial, e não à exploração, e acentos raciais acompanham sempre a luta de classes.

Só com a abolição do capitalismo, do colonialismo e do neocolonialismo e com a instauração mundial do comunismo se poderão estabelecer as condições para a eliminação definitiva do problema racial.

Elitismo

O elitismo é uma ideologia burguesa nascida durante a segunda metade do século XIX, dos trabalhos de dois sociólogos italianos, Vilfredi Pareto (1840-1923) e Gaetano Mosca (1858-1941). Nesta época, a burguesia, que acabava de arrancar o poder político das mãos da aristocracia, via-se, por sua vez, ameaçada por uma classe operária cada vez mais ativa e imbuída dos princípios marxistas. Pareto e Mosca pretendiam refutar a doutrina marxista e desmentir formalmente a possibilidade da revolução socialista e o fim do sistema de classes. Opondo-se a Marx, afirmavam que o talento político designava os verdadeiros dirigentes e que, por outro lado, toda sociedade seria sempre governada por uma ou mais elites.

Os defensores do elitismo afirmam que é sempre uma minoria que detém o poder, e que esta escapa ao controle da maioria, quaisquer que sejam as instituições democráticas em vigor. A coesão das elites é sua força principal. Ainda que numericamente fracas em comparação com o conjunto da nação, possuem poder desproporcional ao seu tamanho.

A ideologia elitista é, portanto, perfeitamente ajustável à doutrina capitalista e justifica a dominação da burguesia em uma sociedade de classes. Tal ideologia, ao permitir a defesa

do mito da superioridade e inferioridade racial, intensifica os preconceitos raciais.

Recentemente o estudo das elites tem se desenvolvido, e surgiu uma multiplicidade de teorias elitistas nos últimos tempos. É interessante constatar que este desenvolvimento coincide historicamente com a explosão revolucionária que rebentou no mundo inteiro. Ao pretender trazer uma justificação para a continuação da exploração capitalista, os teóricos burgueses viram-se obrigados a aproveitar a doutrina elitista, porque nenhum argumento racional podia justificar a cruel irracionalidade do capitalismo. Tentaram demonstrar que haveria sempre uma elite no poder e que um movimento estaria sempre nas mãos dos mais capazes. Deste modo, negam a estrutura das classes econômicas, assim como a existência da luta de classes no seio da sociedade capitalista.

Um dos princípios fundamentais da teoria elitista pretende que o poder gera o poder e que, no que diz respeito à política, as massas são apáticas, submissas e indiferentes. A democracia foi definida como um conflito de oligarquias rivais. Está na moda, hoje em dia, falar de homens com poder de decisão e divergir que grupo ou grupos exercem realmente o poder no seio de um Estado. Pergunte-se: “existe concentração ou difusão do Poder? Como são tomadas as decisões políticas? São tomadas por uma elite no Poder? Qual é o grau de influência das massas?” Ou ainda: “decisões políticas são o resultado do concerto entre várias elites? É verdade que os governos não governam, mas se limitam a controlar o aparelho estatal, estando eles próprios sob o controle de uma autoridade oculta?”

Segundo os pluralistas, o poder não está nas mãos de uma elite, mas de um conjunto de elites. Diz-se, então, que o poder é cumulativo (sendo intervenientes fortuna, estatuto

social e poder político). Relacionado a isto surge o conceito de consenso elitista ou coesão política de elites importantes.

Os primeiros elitistas não escondiam sua intenção de demolir o mito da “democracia”. Pretendiam comprovar que, nas pretensas democracias, o povo ou a maioria do povo não governa e que, pelo contrário, isto é trabalho de uma elite. Indo além, afirmam que participar do governo não é uma característica da democracia e não é um ideal essencial.

Não pode haver classes no seio de uma classe única. Pode haver várias elites no seio de uma só classe. As elites são o resultado do desenvolvimento e da formação de uma classe.

As estruturas sociais europeias são aproximadamente as seguintes: a aristocracia tradicional – assente na propriedade imobiliária e títulos; a classe média – assente nas finanças e dividida em alta, média e pequena burguesia; a classe operária – assente na agricultura e indústria e dividida em média e baixa classe operária.

Na classe média (nova aristocracia) é preciso ainda citar os plutocratas, administradores, intelectuais, burocratas, tecnocratas, etc., cada um destes grupos constituindo uma elite. Com o progresso do desenvolvimento tecnológico e da especialização, os tecnocratas – outra burguesia – passam a participar ativamente na vida política. Certos elitistas afirmam que a *meritocracia*, ou governo dos peritos, é agora realidade.

A burguesia africana tem elites europeizadas. Na época colonial, a elite era constituída por aqueles que estavam na direção dos conselhos legislativos e serviços administrativos, ou nas profissões jurídicas, médicas, administrativas, ou ainda que desempenhavam altos cargos no exército e na polícia. A sua posição foi reforçada após a independência. De resto, já não estavam submetidos a uma autoridade colonial.

Nos Estados novos, os membros das profissões liberais se beneficiaram da política de africanização.

Foi também nesta época que surgiram o que se pode chamar os “novos ricos do partido”. É uma elite que se desenvolveu no seio do próprio partido que arrancou a independência política ao colonialismo. As tendências de direita e de esquerda entraram em conflito, porque, uma vez conquistada a independência e o partido no Poder, os elementos de direita não ambicionavam senão seu enriquecimento pessoal. Serviram-se das suas posições privilegiadas para se entregar ao nepotismo e à corrupção, desacreditando assim o partido e abrindo o caminho para golpes de Estado reacionários.

É então que, graças à aplicação de planos de desenvolvimento econômico e, por vezes, ao encorajamento de empresas comerciais locais, os capitalistas em potência encontram novas ocasiões de fazer frutificar seus negócios.

Contudo, de modo geral, os capitalistas africanos não são senão os subalternos do imperialismo. Recebem apenas as migalhas dos lucros dos investimentos, das sociedades comerciais e dos quadros das empresas estrangeiras. Eis como, uma vez mais, caem nas armadilhas do neocolonialismo.

Devido a sua experiência colonial e neocolonial, a África não possui uma elite de homens de negócios. E como a maioria dos Estados africanos se concentra, preferencialmente mais no setor público do que no setor privado da economia, os capitalistas africanos são pouco numerosos. Um homem de negócios africano interessa-se não tanto pelo desenvolvimento da indústria, mas pelo seu enriquecimento pessoal via especulação, mercado negro, corrupção, graças às comissões sobre contratos e diversas manipulações financeiras relacionadas com a pretensa “ajuda” recebida do estrangeiro. É desta forma que o capitalismo africano é aliado da

burguesia capitalista. Mas não passa de um peão no imenso tabuleiro do xadrez dos monopólios capitalistas internacionais.

O capitalismo africano está, assim, em relação direta com os grandes monopólios capitalistas. Segundo alguns, o papel dos homens de negócios em política é nos Estados Unidos, cada vez mais importante, porque são os responsáveis pela elaboração das grandes medidas políticas. Compreende-se então o papel de poderosas companhias, tais como a Ford, Du Pont de Nemours e General Motors, por exemplo. Em 1953 havia nos Estados Unidos mais de 27 mil milionários, e a concentração de riquezas aumenta cada vez mais. Calcula-se que 1,69% da população possuem pelo menos 32% dos ativos de quase todos os ativos extraídos dos investimentos. Mas cerca de metade da população não tem praticamente nada. Não se pode dizer que nos Estados Unidos o poder esteja nas mãos dos mais qualificados, pois a fortuna é hereditária, mas não necessariamente meritória.

No entanto, certos elitistas sustentaram que o desenvolvimento das sociedades industriais marcava a passagem de um sistema de classes a um sistema de elites, baseado no mérito e no esforço. Semelhante teoria é reduzida ao nada perante a realidade da feroz luta de classes que se desenrola no mundo capitalista. Os elitistas não são unânimes no que diz respeito ao grau de coesão, de consciência e de conspiração das elites. É, evidentemente, impossível precisar a influência e o poder de decisão, assim como o grau de coesão, de uma elite em particular ou de um grupo de elites.

Uma das elites políticas dos países em vias de desenvolvimento é formada pelos dirigentes nacionalistas, pelos burocratas e pela *intelligentsia*. Depois das eleições de 1954, em Gana, notava-se que 29% dos deputados eleitos estavam

no ensino e 17% exerciam profissões liberais. Entre membros da Assembleia Legislativa da ex-África Ocidental Francesa (originários de oito territórios colonizados), depois das eleições de 1953, 22% ensinavam, enquanto que 27% eram altos funcionários do Governo e 20% exerciam profissões liberais. A burguesia dos países em via de desenvolvimento era, em geral, produto de uma administração e de um sistema de educação de tipo colonial. O papel predominante da *intelligentsia* burguesa deve-se à política deliberada do poder colonial, cujo interesse era formar uma *intelligentsia* ligada às ideologias ocidentais, para assegurar o bom funcionamento da administração colonial. Ao mesmo tempo, o poder colonial refreou a formação de uma classe de homens de negócios nativa.

Com o desenvolvimento das elites, surgem associações como clubes, sociedades médicas, lojas franco-maçônicas, Rotary Clubs, etc. Estas associações favorecem a formação de classes ao institucionalizar as diferenças sociais. A consciência de classe manifesta-se pelo desejo de aderir a tais associações e clubes, na certeza de reforçar a posição social. O elitismo é essencialmente um preconceito de classe, que reforça o capitalismo e, conseqüentemente, o racismo. O elitismo, inerente às classes dominantes, inspira-lhes o desprezo que nutrem pelas massas. O elitismo é inimigo do socialismo e do proletariado.

“Intelligentsia” e intelectuais

Durante a época colonial, apareceu, pretendendo servir de ligação entre o poder colonial e as massas, uma *intelligentsia* de formação ideológica ocidental. Originária em grande parte das famílias de chefes tradicionais e das classes possuidoras, limitava-se a um mínimo de elementos capazes

de assegurar o bom funcionamento da administração colonial. Esta *intelligentsia* tornou-se uma elite hábil em oportunismo, tanto de direita como de esquerda.

Na África, como na Europa e em outras regiões do mundo, a posição social é, em grande medida, proporcional ao nível de educação. Com o aumento da alfabetização, as características tribais e étnicas amenizam-se e a divisão em classes acentua-se. Existe – e muito particularmente entre os que fizeram os estudos no estrangeiro – certo *esprit de corps*. Os que o possuem tornaram-se estranhos ao seu meio de origem e não têm, geralmente, outra ambição que não seja a de fazer uma brilhante carreira política, ter uma posição social elevada e adquirir um estatuto profissional. Com efeito, logo que um grande número de Estados africanos passa a contar com estabelecimentos de ensino e universidades, milhares de africanos preferem, no entanto, ir realizar seus estudos no estrangeiro. Atualmente, cerca de 10 mil estudantes africanos moram em França, e outros tantos na Grã-Bretanha. Nos Estados Unidos há cerca de 2 mil.

Nas ex-colônias britânicas existem estabelecimentos de ensino, criados durante a época colonial, segundo o modelo das célebres *public-schools* inglesas e com a mesma organização, tanto no programa de estudos, quanto à disciplina e às atividades desportivas. Os colégios de Adisabel, de Mfantipim e de Achimota, em Gana, são exemplos típicos. Estas escolas têm por objetivo formar uma elite política comprometida com as ideologias burguesas capitalistas da sociedade europeia.

Na Grã-Bretanha o sistema de classes está estreitamente ligado com o sistema de ensino. 3% dos que passam pelas *public-schools* são considerados por muitos os “dirigentes legítimos”, isto é, os mais qualificados para dirigir o

país, tanto pelo nascimento, como pela educação. Porque, na Grã-Bretanha, o sistema de ensino é inseparável da superestrutura sócio-política. Na medida em que as *public-schools* abrem as portas a apenas 6% da população, e que as universidades recebem apenas uma fraca percentagem (5%), os quadros da nação (60% chefes de empresas, 70% parlamentares conservadores e 50% delegados das comissões de inquérito) são produtos das *public-schools*. Em outras palavras, é esta pequena minoria que detém os lugares-chaves na vida política e económica do país. A despeito dos esforços tentados, visando torná-lo acessível às massas, este sistema de ensino irracional e arcaico continua em vigor.

E o número cada vez maior de peritos formados em estabelecimentos que não estes que mencionamos não é considerado como uma ameaça para a continuidade deste sistema. O mesmo se dá com pressões exercidas cada vez mais frequentes pela classe operária: de fato, se tivessem meios para isso, a maioria das famílias operárias não hesitariam em inscrever seus filhos nos registros dos grandes estabelecimentos particulares, o que lhes permitiria mais tarde disputar funções elevadas na vida social. Os produtos das *public-schools* têm seus homólogos nas ex-colônias britânicas de África: são estes membros da burguesia africana, que se pretendem mais britânicos que os próprios britânicos, copiando seus hábitos, vestuário, linguagem afetada dos grandes colégios particulares e das Universidades de Cambridge e Oxford. Ao formar uma *intelligentsia* africana, os colonialistas pretendiam, segundo seus próprios termos, “formar quadros locais chamados a tornar-se nossos assistentes em todos os campos e a assegurar o desenvolvimento de uma elite cuidadosamente selecionada”. Viam nisso uma necessidade, ao mesmo tempo, política e económica. E como é que procedem?

— “Damos a prioridade aos filhos de chefes e aristocratas... O prestígio das suas origens deve reforçar o respeito que o saber inspira”.

Em Gana, antes da independência, em 1953, dos 208 estudantes da Universidade, 12% eram oriundos de famílias que possuíam rendimento superior a 600 libras anuais, enquanto que uma percentagem de 38% tinha rendimento anual variável entre 250 e 600 libras e a percentagem restante, 50%, tinha rendimento de cerca de 250 libras anuais. Compreende-se a importância disso ao saber que em 1962, após grandes esforços no plano económico, foi possível à população ter um rendimento anual de cerca de 94 libras por habitante.

Ao contrário dos britânicos e dos franceses, os belgas não quiseram formar uma *intelligentsia*. A sua palavra de ordem parece ter sido a seguinte: “sem elites não há problemas”. Conhecem-se os resultados de tal política: em 1960, no Congo, era praticamente impossível encontrar nativos suficientemente qualificados para estarem à frente do novo Estado, enquadrar o Exército ou ocupar os numerosos quadros administrativos e técnicos deixados vagos pela partida dos coloniais. A *intelligentsia* conduziu sempre os movimentos nacionalistas no seu início. O objetivo não era trazer uma transformação radical das estruturas sociais, mas tomar o lugar do poder colonial. Sua intenção não é mudar o “sistema”, mas controlá-lo. Neste sentido, ela é burguesa e formalmente oposta a qualquer transformação socialista revolucionária.

Depois da independência, a *intelligentsia* perdeu a sua homogeneidade. Podiam então distinguir-se três grupos bastante demarcados: havia, em primeiro lugar, os aliados da nova classe privilegiada nativa, isto é, a burguesia burocrática política e comercial, abertamente aliada do imperialismo e do

neocolonialismo. Entre estes, recrutavam-se os teóricos antissocialistas, anticomunistas, reclamando-se dos valores político-econômicos do mundo capitalista.

Seguia-se então o grupo dos partidários de um desenvolvimento “não capitalista” e de uma “economia mista”, adaptáveis aos países menos industrializados, como fase necessária à passagem para o socialismo. Interpretado erroneamente, este conceito pode revelar-se mais perigoso para a causa socialista revolucionária da África do que um conceito nitidamente a favor do capitalismo, se não for utilizado com um fim muito provisório; porque poderia retardar o processo revolucionário. A história provou-o: permitir ao capitalismo e à iniciativa privada desenvolverem-se simultaneamente em um Estado que se diz socialista é abrir caminho ao triunfo das forças reacionárias. O setor privado da economia não deixará de tentar expandir-se em detrimento da linha socialista seguida pelo governo. Finalmente, na maior parte dos casos, a reação conseguirá, com a ajuda do neocolonialismo, perpetrar um golpe de Estado que derrubará o governo socialista.

Os intelectuais revolucionários constituem o terceiro grupo que surgiu no seio da *intelligentsia* após a independência. Foram estes que enquadraram as massas em sua luta para o verdadeiro socialismo. Formados, na sua maioria, em escolas coloniais, reagiram fortemente ao processo de assimilação, tornando-se assim autênticos socialistas revolucionários e nacionalistas. É, portanto, a este grupo que cabe a tarefa de anunciar e promulgar os objetivos socialistas da Revolução Africana e, conseqüentemente, desmascarar e refutar a corrente de ideologias capitalistas e pretensos conceitos propagados pelo imperialismo, pelo neocolonialismo e pela reação nativa, com a ajuda dos meios de comunicação modernos.

Os intelectuais estudantes, professores, etc., das sociedades capitalistas e neocolonialistas são, em sua maioria, membros de uma elite burguesa suscetível de tornar-se uma força política revolucionária, ou contrarrevolucionária, a despeito do fato de terem sido, antes da independência, dirigentes nacionalistas. Estão presentemente divididos em vários grupos. Em primeiro lugar, os que tomaram parte na luta nacionalista revolucionária e estão agora no governo, dando sua preferência quer aos “novos ricos” do partido, quer aos revolucionários socialistas. Vêm a seguir os que estão na oposição, ou os que se não interessam pela política, ou ainda os que são a favor de uma política de compromisso. Há por fim os intelectuais de “má fé”, que embora reconheçam a irracionalidade do capitalismo, não rejeitam seus benefícios e seu modo de vida. Estes estão prontos a prostituírem-se e a tornarem-se agentes e aliados do privilégio e da reação, para defender seus interesses. Os intelectuais saídos dos meios proletários são geralmente mais determinados do que os que provêm dos setores privilegiados da sociedade. Mas a elite intelectual é a menos capaz de coesão e homogeneidade. Nos Estados Unidos, na Grã-Bretanha e na Europa Ocidental, a maioria dos intelectuais são direitistas. Do mesmo modo, as aspirações da maioria dos intelectuais africanos são características da classe média: aspiram ao poder, à riqueza, ao prestígio e a posições sociais elevadas, para eles próprios e para os membros das suas famílias. A maior parte dos que vieram de meios operários aspiram a pertencer à classe média e evitar os trabalhos manuais, tornando-se assim estranhos ao seu meio de origem.

Cada vez que intelectuais socialistas revolucionários desempenharam cargos em uma administração progressista, foi, em regra geral, devido à adoção dos princípios marxistas

como base política e à formação de partidos comunistas e outras organizações, pondo-os constantemente em contato direto com as massas.

Se quiser desempenhar um papel na revolução africana, a *intelligentsia* e os intelectuais devem estar conscientes da luta de classes que se desenrola em África e pôr-se ao lado das massas oprimidas. Isso implica a tarefa difícil, mas não impossível, de se libertar do doutrinamento dos conceitos burgueses divulgados pelo poder colonial, por meio do ensino e da propaganda. A ideologia da Revolução Africana liga a luta de classes conduzida pelas massas africanas aos movimentos socialistas revolucionários mundiais e ao socialismo internacionalista.

Nascida das lutas de libertação nacional, tende à libertação total, à unidade política e à socialização do continente. Única no gênero, desenvolveu-se no quadro da Revolução Africana. É produto da personalidade africana, assim como dos princípios do socialismo científico.

Claques reacionárias no seio do Exército e da polícia

Na África, a maioria das forças armadas e da polícia foram formadas pela administração colonial. Raros são os membros que participaram nas lutas de libertação nacional. Tomaram antes parte nas operações policiais destinadas à eliminação destes movimentos de libertação. Nesta mesma época, a maioria dos exércitos estava sob as ordens de oficiais europeus. Com a independência, quando as políticas de africanização foram postas em prática, devido à falta de candidatos qualificados, um grande número de africanos que não tinham, no entanto, recebido a formação necessária receberam o grau de oficiais. Muitos deles, que haviam exercido cargos de professores no exército, pertenciam à pequena burguesia

instruída. Tinham recebido, simultaneamente com os antigos oficiais dos exércitos atualmente em serviço em África, formação militar, quer dos próprios colonialistas, quer nas academias militares europeias. Tal formação não podia senão torná-los cúmplices das normas e ideais do Ocidente. Devido a sua posição na sociedade, poder-se-iam colocar na mesma categoria que a burguesia burocrática, com quem partilham a preferência por um modo capitalista de produção.

Entre os jovens oficiais há alguns que na adolescência participaram das lutas de libertação nacional, o que os torna mais receptivos à ideologia socialista revolucionária. No entanto, embora um pequeno número entre estes seja favorável à Revolução Africana, a maioria dos oficiais superiores sucumbiu ao mesmo doutrinamento burguês que os antigos oficiais assimilaram. Porque estão estreitamente ligados, pela posição que ocupam na sociedade e pelas suas aspirações, à burguesia e às elites militares reacionárias de outros países.

Em muitos casos, oficiais de carreira e funcionários foram formados nos mesmos estabelecimentos particulares, tanto na África como no estrangeiro. Esta experiência comum desenvolveu entre eles uma semelhança de pontos de vista e de interesses e uma aversão comum à mudança, assim como o culto das organizações e instituições da sociedade burguesa. Esta atitude encontra-se até mesmo na nova geração de oficiais e burocratas que dividem entre si o poder na sequência dos golpes de Estado. A rigidez das suas posições e dos seus conceitos reflete o clima sócio-político do período colonial.

Quando se dá um golpe de Estado, o exército, a polícia e a burocracia trabalham em conjunto. Isso não quer necessariamente dizer – embora tenha sido por vezes o caso – que tenham sido eles os autores do golpe de Estado. Porém, como

partilham os mesmos interesses, tornam-se dependentes uns dos outros. Com efeito, os burocratas só por si não podem derrubar um governo; e nem os militares, nem a polícia têm a competência necessária para administrar um país. Assim, combinam seus esforços de modo a produzir uma situação impressionantemente semelhante à época colonial, na qual o governo se apoiava na administração, no exército e na polícia, assim como nos chefes tradicionais.

A maioria dos golpes de Estado foram perpetrados sem a participação das massas. Estas, traídas e reprimidas, caem novamente nas condições de vida da época colonial. O poder dos chefes tradicionais é reinstaurado. O apoio no aparelho repressivo policial é, nestes Estados neocolonialistas, outra reminiscência da época colonial. Pela natureza do seu trabalho, a polícia – contrariamente aos militares – está em contato direto com o povo. Logo que se dá um golpe de Estado, sabem exatamente quem prender e para onde levar os prisioneiros. Sabem também organizar e manobrar um motim ou uma manifestação. Frequentemente, há polícias implicados em negócios de corrupção. Conhecem todos os aspectos do crime e põem frequentemente em prática o ditado “o fim justifica os meios”. Tal como os militares, estão estreitamente ligados à burguesia burocrática, de quem partilham os interesses.

Os elementos subalternos do exército e da polícia são, em geral, camponeses. Sem cultura, em sua maioria, aprenderam a nunca discutir ordens e a servir os interesses capitalistas da burguesia. Estão, portanto, afastados da luta empreendida pelas massas, de onde, no entanto, saíram. Porque, se a obediência cega às ordens superiores é uma das regras fundamentais da disciplina militar, esta regra pode ser perigosamente interpretada pela minoria privilegiada que está à altura de aplicá-la por sua conta. Em outras palavras, um simples

soldado, assim como um mero policial, pode se tornar o instrumento de suporte dos regimes reacionários. É desta forma que o camponês ou o operário se tornam adversários da sua própria classe.

A única solução para este problema é a politização do exército e da polícia, que devem ficar sob controle restrito do partido socialista revolucionário e de comissões dirigidas por verdadeiros militantes revolucionários socialistas. É igualmente indispensável que a disciplina, no exército e na polícia, seja baseada na compreensão, e não na obediência cega. Trata-se de pôr fim a este espírito mercenário que aí impera e de criar um exército nacional, assim como uma milícia popular: operários, camponeses, soldados e policiais deveriam dar-se as mãos, porque pertencem à mesma classe e aspiram a uma mesma revolução socialista.

O exército e a polícia são mais disciplinados, mais móveis e estão tecnicamente melhor equipados do que outras organizações sociais. Estão armados, o que faz deles forças de importância fundamental. O uso destes depende da ascensão desta ou daquela tendência política dentro da sociedade e das pressões, internas e externas, exercidas sobre os seus quadros.

Cada vez que o exército intervém na vida política, o faz como força social. Os golpes de Estado não são senão a expressão de uma luta de classes e do conflito que opõe o imperialismo à revolução socialista. Depois de tomar o poder, o exército dá sua adesão a um determinado partido. Neste sentido, o exército não só é um instrumento de luta, mas também parte integrante da luta de classes, rompendo assim o véu que o isolava das transformações sócio-econômicas e políticas da sociedade. O que reduz a nada a teoria da “neutralidade” das forças armadas lançada pela classe dominante.

A intervenção do exército, em matéria de política, é dirigida pela minoria privilegiada, ansiosa por defender seus interesses. Postos perante o fato consumado, os membros do exército não podem senão inclinar-se. Se em casos semelhantes, em África, um golpe de Estado permitiu a instauração de um regime menos reacionário, a maioria dos golpes de Estado foram perpetrados por militares burgueses, estreitamente ligados à burguesia burocrática e ao neocolonialismo, para assegurar a continuidade do capitalismo e frustrar os planos da revolução socialista africana.

Em certos países africanos, onde o exército pretendeu intervir em nome da revolução socialista, o fez com objetivo puramente nacionalista. Pretendendo pôr fim à exploração estrangeira, melhorar as condições de vida, “nacionalizar” – em certos casos – sociedades estrangeiras e fechar as bases militares estrangeiras, não trouxe de fato nenhuma melhoria às condições de vida do povo, que se vê então explorado, não por estrangeiros, mas pela burguesia nativa. O país converte-se em presa do neocolonialismo e da burguesia, ora representada por políticos de segunda ordem, ora por militares e policiais burgueses. É instalado um regime fantoche. Mas a revolução socialista não terá lugar senão com a tomada do poder pelos operários e camponeses em luta.

Os exércitos regulares africanos são mantidos à custa de enormes quantias de dinheiro. O exército congolês, por exemplo, recebeu durante os quatro primeiros anos da independência 1/6 do rendimento nacional – ou sejam 25 milhões dos 150 milhões do orçamento nacional. Em previsões das receitas orçamentárias da África francófona para 1967-1968, oito dos quinze Estados francófonos forneceram ao exército

entre 15% e 25% dos seus recursos. Mali, Guiné, Chade e Camarões estavam dispostos a despendar 1/4 do seu orçamento nacional para fins militares.

Geralmente, os ordenados dos oficiais são aproximadamente os mesmos do que os dos oficiais estrangeiros. Consequentemente, a diferença de estatuto e de poder que separa os quadros do exército das suas tropas é considerável. Muito mais do que na Europa, nos EUA e em outros lugares.

Na África, o ordenado de um tenente-coronel é dez ou quinze vezes mais importante que na Europa e na América. Seu estatuto social, artificialmente elevado, dá aos oficiais africanos uma arrogância insuportável. Mesmo simples soldados e policiais tomam-se por uma elite, porque têm salários mais elevados do que os pequenos empregados da administração. A prática cada vez mais corrente de nomear quadros do exército para altos cargos diplomáticos mostra bem a importância da sua posição na sociedade africana. A enormidade das somas gastas para a manutenção dos exércitos nos Estados africanos não tem razão de ser, porque os territórios africanos não estão ameaçados pelo exterior. De resto, as disputas fronteiriças – herança do colonialismo – são suscetíveis de ter resoluções pacificamente.

Os combates travados para pôr fim aos últimos bastiões do colonialismo são obra não de exércitos permanentes, mas de movimentos de guerrilha. Se apenas uma pequena parte das somas despendidas com a manutenção dos exércitos permanentes fosse gasta no equipamento dos combatentes da liberdade, a Revolução Africana estaria mais próxima. A única razão que poderá justificar a manutenção de grandes exércitos permanentes é a necessidade vital que os objetivos revolucionários africanos impõem: a unificação política da África sob a direção de um alto Estado-Maior Pan-africano.

No caso de haver uma crise política, o exército tende a apresentar as mesmas divisões que a comunidade política. Tende a dividir-se segundo classes e tribos. A classe dos oficiais é geralmente conservadora, isto é, reacionária. Existe para a manutenção da ordem estabelecida. Do ponto de vista histórico, conhece-se sobejamente o papel dos exércitos permanentes na repressão dos movimentos revolucionários; são instrumento das classes dominantes no seu esforço de dominação burguesa.

O efetivo dos exércitos africanos é fraco em relação ao dos exércitos europeus, asiáticos, americanos (do Norte e do Sul). Há três países a sul do Saara que têm exércitos de mais de 10 mil homens: Sudão, Etiópia e Congo-Kinshasa; 14 Estados africanos têm exércitos inferiores a 2 mil homens. É verdade que, devido à sua fraca densidade populacional e à pouca viabilidade das suas economias, a manutenção de tais exércitos é, para muitos destes, um verdadeiro fardo. Mas o fato da maioria dos exércitos ser dirigidos por oficiais que partilham interesses com a burguesia burocrática e do colonialismo dá ao seu papel na vida política do continente importância totalmente desproporcional.

Estes exércitos recebem ajuda de países capitalistas sob forma de fornecimento de armas, de equipamento e de treinamento. Em 1964, contavam-se em África 3 mil peritos franceses e 6 mil peritos militares britânicos. 1500 africanos receberam treino militar em França, enquanto que 700 o foram fazer na Grã-Bretanha. Cerca de 14 Estados africanos concluíram acordos com o Estado de Israel, que lhes fornece armas e treina seus exércitos. Recentemente a Alemanha Ocidental concluiu acordos, relativos ao envio de peritos e outras formas de ajuda militar, com estes Estados situados nas regiões mais estratégicas do continente africano. Entretanto, os

EUA estabelecem, ao mesmo tempo que desenvolvem seus interesses comerciais, redes militares e de informação que lhes permitem exercer fortes pressões sobre a vida política em África. Enquanto os Estados africanos dependerem, de algum modo, da ajuda dos países capitalistas para o treinamento, as armas e o equipamento, a Revolução Africana está comprometida. Não é por acaso que nunca se desferem golpes de Estado nos países em que o exército está sob ordens de oficiais estrangeiros: apesar do seu reduzido número, estão à altura de impedir qualquer mudança do *status quo*, em virtude de representar a força militar da potência estrangeira da qual depende a segurança dos governos nativos.

Golpes de Estado

Os golpes de Estado são uma forma de luta que visa a tomada do poder político. E, sendo o resultado da ação combinada de determinados membros de um órgão do Estado aparentemente isolado da sociedade, são parte integrante da luta de classes e do conflito que opõe capitalismo e revolução socialista. Se não modificam a natureza ou o conteúdo desta luta, modificam-lhe a forma. A situação político, econômica e social permanece a mesma, enquanto que as aspirações revolucionárias continuam insatisfeitas. Os golpes de Estado reacionários contribuem de fato para o avanço revolucionário, na medida em que as condições necessárias a uma transformação revolucionária aumentam.

Os golpes de Estado reacionários e pró-imperialistas são a prova da derrota do imperialismo e seus aliados que, não podendo servir-se dos métodos tradicionais, recorrem às armas para travar o avanço do socialismo e reprimir as massas. Deixam assim transparecer o desespero e a fraqueza das forças reacionárias, e não sua força. São o último recurso das

classes exploradoras nativas e dos neocolonialistas para manter o *status quo* burguês reacionário.

Os observadores burgueses avançaram com inúmeras teorias no sentido de explicar a sucessão de golpes de Estado decorridos em África no decurso dos últimos anos. Em certos casos, viram neles a consequência do tribalismo e do regionalismo ou ainda o descontentamento de alguns membros do exército e da polícia perante a incompetência, a corrupção e o “caos económico” criado pelos políticos. Mas nenhuma destas teses está de acordo com a realidade. São explicações superficiais e inexatas que dão uma falsa imagem da realidade. Todas parecem ignorar a existência da luta de classes e do papel dos interesses burgueses, assim como das pressões neocolonialistas. Fazem silêncio bem significativo sobre a natureza repressiva dos golpes de Estado e sobre a não participação das massas. No entanto, uma vez realizado o golpe de Estado, fala-se de multidões que “entusiasmadamente” aplaudem o golpe, e são cuidadosamente preparadas manifestações que visam fazer crer que os autores do golpe de Estado tiveram apoio das massas. Simultaneamente, as claques reacionárias que se apoderaram do Poder – e que apenas representam a mesquinhez do espírito burguês – põem em funcionamento os chamados “conselhos revolucionários” ou de “libertação”. O uso dos termos destina-se a dar ao povo a ilusão de que o novo regime o libertou e que sua única finalidade é satisfazer suas aspirações.

Quando se trata de golpes de Estado nacionalistas revolucionários, tendo os membros do novo regime proclamado sua intenção de colocar fim à dominação política e económica das potências estrangeiras, poder-se-ia então crer que estariam a agir no interesse do povo. De fato, sua revolução não

é socialista: é resultado da ação conjunta da burguesia nacionalista. A situação do proletariado urbano e rural, após o golpe de Estado, dificilmente se modificou: continua ainda a ser explorado e oprimido, mas desta vez pela burguesia nativa, cujos interesses comerciais – ligados aos das potências estrangeiras – se disfarçam em uma fachada nacionalista.

A África é atualmente o teatro de lutas que opõem os imperialistas e as massas africanas. A agressão imperialista não tem apenas assumido a forma de golpes de Estado, manifesta-se também pelo assassinato de dirigentes revolucionários e do estabelecimento de centros de informação. Além disto, têm sido intensificadas as existentes redes de informação do capitalismo ocidental, que trabalham em colaboração com os governos neocolonialistas para impedir o avanço do socialismo. EUA, Grã-Bretanha, Alemanha Ocidental, França, Israel, Portugal, Rodésia e África do Sul mantêm ativamente este tipo de cooperação.

A maior parte destas organizações estão estreitamente relacionadas umas com as outras, quanto aos interesses vitais. E frequentemente estão por detrás dos golpes de Estado. Verifica-se, de fato, que não ocorrem golpes de Estado nos países onde exército, polícia e serviços de informação são dirigidos por oficiais brancos das antigas potências coloniais. Estes velam para impedir qualquer tentativa de golpe de Estado, porque sabem que o regime fantoche e neocolonialista a qual servem é instrumento do poder neocolonialista de quem defendem os interesses. Por outro lado, a escalada militar e político-econômica de colaboração dos países que formam o triângulo branco (Portugal, Rodésia, África do Sul) intensificou-se no transcurso dos últimos anos, que viram também um ressurgimento das atividades socialistas revolucionárias em África. Demonstra-o a resistência cada vez maior

das massas camponesas e operárias aos regimes reaccionários, assim como a multiplicação dos movimentos de resistência clandestinos por todo o continente africano. No espaço de sete anos, de janeiro de 1963 a janeiro de 1970, sucederam-se 25 golpes de Estado em África:

<i>Datas</i>	<i>Países</i>
13 de janeiro de 1963	Togo
12-15 de agosto de 1963	Congo-Brazzaville
19-28 de outubro de 1963	Daomé
18 de fevereiro de 1964	Gabão
1 de janeiro de 1965	República Centro-Africana
4 de janeiro de 1965	Alto Volta
18 de junho de 1965	Argélia
25 de novembro de 1965	Congo-Kinshasa
22 de dezembro de 1965	Daomé
15 de janeiro de 1966	Nigéria
24 de fevereiro de 1966	Gana
29 de julho de 1966	Nigéria
29 de novembro de 1966	Burundi
13 de janeiro de 1967	Togo
24 de março de 1967	Serra Leoa
17 de dezembro de 1967	Daomé
18 de abril de 1968	Serra Leoa
3 de agosto de 1968	Congo-Brazzaville
4 de setembro de 1968	Congo-Brazzaville
19 de novembro de 1968	Mali
25 de maio de 1969	Sudão
1 de setembro de 1969	Líbia
15-19 de outubro de 1969	Somália
10 de dezembro de 1969	Daomé
30 de janeiro de 1970	Lesoto

Houve, além destes, numerosas tentativas de golpes de Estado e outras tantas de assassinatos. Em janeiro de 1964, rebentaram motins no seio dos exércitos da Tanzânia, Uganda

e Quênia. As tropas britânicas ajudaram a reprimi-los, enquanto que do mesmo modo eram desmanteladas conspirações e tentativas de golpes de Estado em outros Estados.

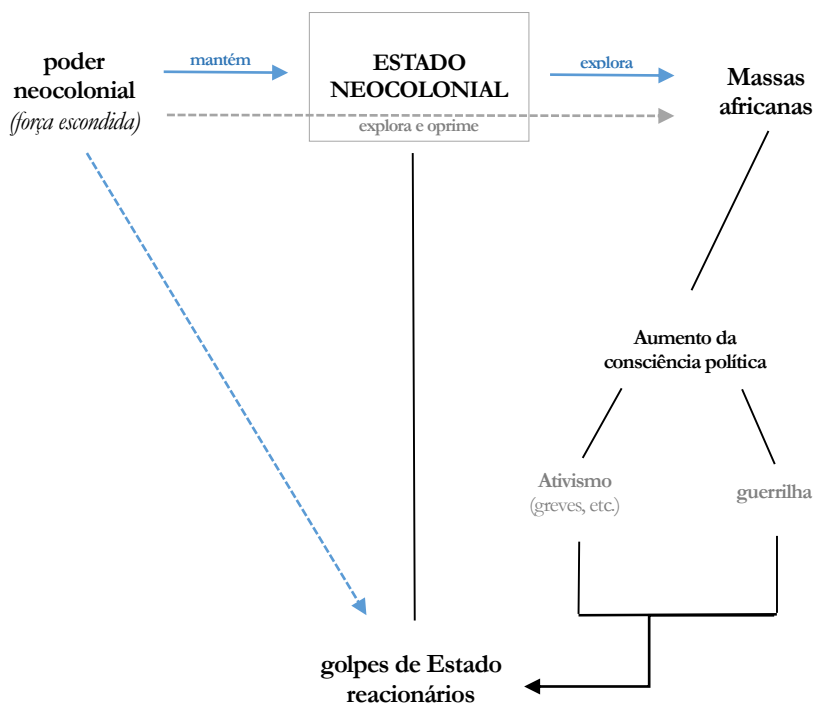
A própria natureza das relações político-econômicas existentes entre o neocolonialismo e os regimes fantoches de uma África balcanizada demonstra bem que, enquanto o continente africano não realizar a sua unificação política, haverá sempre golpes de Estado.

Todos estes golpes de Estado são consequência de uma mesma situação: existem, por um lado, as potências neocolonialistas que manobram os Estados neocolonialistas e dão seu apoio às elites reacionárias burguesas que lutam pelo poder; e por outro, as massas africanas, cuja crescente tomada de consciência revela o impulso cada vez mais forte da revolução socialista africana. Na altura da independência, as massas não podiam discernir a presença do neocolonialismo cuidadosamente escondido por detrás do novo governo. Mas sua tomada de consciência, que cresce a cada ano, revela-se uma ameaça para a burguesia nativa e para seus senhores neocolonialistas, alarmados perante o aumento das atividades revolucionárias por todo o continente africano.

Não existe em África um só país onde a tomada de consciência das massas operárias e camponesas tenha levado à instauração de um regime socialista. Em todos Estados independentes existem o governo e seu partido, a burguesia nacionalista e as classes trabalhadoras. A burguesia nacionalista está frequentemente ligada – aparentemente ou não – ao partido, logo, ao governo. Logo que o partido da burguesia nacionalista não esteja representado no governo, a burguesia nacionalista organiza a subversão e tenta um golpe.

Apesar de ter participado nas lutas de libertação, antes da independência, o proletariado africano não assumiu ainda

a liderança como classe. Em quase todos os Estados – independentes ou não – existem ou estão sendo preparadas guerras de guerrilha como única forma de luta contra regimes colonialistas e neocolonialistas. Outros movimentos, sob direção de membros da burguesia nacional, com o objetivo de libertar os territórios da dominação estrangeira, e não de instaurar um regime socialista, constituem ameaça para a Revolução Africana; porque apenas o socialismo científico realizará a libertação e a unificação total da África.



Os movimentos de libertação mais conhecidos são os seguintes:

África do Sul

PAC: Congresso Pan-Africanista

ANC: Congresso Nacional Africano

APDUSA: União Democrática dos Povos Africanos da África do Sul

Zimbabwe (Rodésia)

ZANU: União Nacional Africana do Zimbabwe

ZAPU: União Popular Africana do Zimbabwe

Sudoeste Africano

SWAPO: Organização Popular do Sudoeste Africano

SWANU: União Nacional do Sudoeste Africano

Angola

MPLA: Movimento Popular de Libertação de Angola

GRAE: Governo Revolucionário de Angola no Exílio

UNITA: União Nacional para a Independência Total de Angola.

Moçambique

FRELIMO: Frente de Libertação de Moçambique

COREMO: Comité Revolucionário de Moçambique

Guiné-Bissau

PAIGC: Partido Africano para a Independência da Guiné e Ilhas de Cabo Verde

Chade

FROLINAT: Frente de Libertação Nacional *Congo-Kinshasa*

CNL: Movimento Congolês de Libertação Nacional *Eritreia*

ELF: Frente de Libertação da Eritreia

Enquanto os meios de produção não forem controlados pelas massas, os movimentos de guerrilha continuarão as suas atividades nos Estados africanos. Enquanto os dirigentes africanos não se entregarem à causa do socialismo científico, retardarão o processo revolucionário. Atualmente o vento da guerrilha sopra sobre o Gabão, a Etiópia, o Malawi, o Sudão, a Eritreia, o Quênia, os Camarões, a Nigéria e todos os Estados que não estão unidos no socialismo.

Governos reacionários tentam conter o despertar político das massas, seja através de pretensas políticas socialistas, seja através da repressão, seja, por fim, permitindo golpes de Estado militares. Seja qual for o método que empreguem, afirmam sempre servir aos interesses do povo, desembaraçando-se de políticos corruptos e incompetentes e reorganizando a economia. Na realidade, estão salvaguardando os interesses capitalistas, assim como os seus próprios interesses burgueses e os dos monopólios capitalistas internacionais.

A explosão de golpes de Estado militares na África revela a falta de organização socialista revolucionária, a necessidade premente de um partido do proletariado de toda a África, assim como a necessidade de um exército pan-africano. Seja política, econômica ou militar, a luta revolucionária socialista não será efetiva se não for organizada e não estiver profundamente enraizada na luta dos operários e dos camponeses.

A burguesia

O colonialismo, o imperialismo e o neocolonialismo são expressões do capitalismo e das aspirações económicas da burguesia. Na África, o desenvolvimento do capitalismo provocou o declínio do feudalismo e o aparecimento de uma nova superestrutura social.

Antes da colonização, o poder dos chefes africanos – que não eram proprietários de terras – estava submetido a um controle restrito. Era a função do chefe, e não o próprio chefe, que era sagrada. Um conselho de anciãos exercia o controle. O colonialismo reforçou o poder dos chefes pelo sistema de “administração indireta”. Além dos seus novos poderes, eram por vezes remunerados, tornando-se assim, na maioria, agentes locais do colonialismo. Em certas colônias, a administração colonial designava novos chefes, que foram então conhecidos pelo nome de “chefes de cantões”.

Os imperialistas serviram-se da nobreza feudal e tribal para assegurar sua exploração, o que aumentou ainda mais as contradições sociais, já que o feudalismo mantinha as massas camponesas sob seu rígido controle e impedia qualquer possibilidade de organização revolucionária.

Subsistem ainda, em algumas regiões de África, restos de feudalismo. Assim, na Nigéria setentrional, como nas regiões setentrionais e ocidentais de Camarões, chefes de tribos vivem da exploração de camponeses, que devem não só pagar taxas e tributos, mas também executar trabalhos forçados.

Contudo, embora permaneçam vestígios do feudalismo, o colonialismo introduziu estruturas capitalistas na sociedade africana. Surgiu então uma pequena burguesia e uma pequena (mas influente) burguesia nacional, composta principalmente por intelectuais, funcionários, representantes das profissões liberais e quadros da polícia e do exército. Os capitalistas africanos primavam pela ausência, pois o poder colonial tinha desencorajado qualquer tentativa local de empresa privada. Consequentemente, quem quer que desejasse fazer fortuna e adquirir status social não tinha outro caminho senão participar na administração, no exército, ou tornar-se

praticante de uma profissão liberal. Indústrias mineiras, empresas industriais, bancos, grande comércio e grandes explorações agrícolas estavam na mão de estrangeiros. Em geral, a burguesia africana é, de fato, uma classe média.

É em parte devido a estas restrições desfavoráveis ao comércio local que a burguesia africana se opôs à dominação imperialista.

Depois da Segunda Guerra Mundial, quando os movimentos de libertação se estavam a tornar cada vez mais virulentos, os imperialistas viram-se obrigados a integrar a burguesia africana nas esferas onde anteriormente havia estado excluída. Nesta altura, passou a ter um número muito maior de africanos na administração e nas companhias estrangeiras. Assim nasceu a nova elite africana, estreitamente ligada ao capitalismo estrangeiro. Ao mesmo tempo, as medidas repressivas abateram-se sobre os partidos progressistas e sindicatos; os colonialistas entraram em guerra contra os povos de Madagascar, de Camarões e da Argélia. Foi nesta altura que se lançaram as bases do neocolonialismo.

Durante as lutas de libertação nacional, a pequena burguesia dividiu-se em três categorias: em primeiro lugar, aquela que defendia o colonialismo e um desenvolvimento econômico e social de tipo capitalista. Eram, de forma geral, os funcionários, os membros das profissões liberais e agentes de firmas estrangeiras; depois, os “pequeno-burgueses revolucionários” – nacionalistas –, que queriam o fim da dominação colonial, mas não pretendiam uma transformação radical da sociedade. Constituem parte da burguesia nacional; por fim, os “espectadores”, isto é, todos os que seguiam passivamente os fatos.

Em geral, poucos membros da burguesia africana acumularam capital importante que lhes permitisse desenvolver

um mundo de negócios africano. Permanece, portanto, uma burguesia compradora, tributária em grande escala dos interesses imperialistas em África.

O colonialismo e o neocolonialismo nunca encorajam sua integração – a título de igualdade – nas esferas econômicas, porque não querem fazer dela rival. A burguesia nativa deve, portanto, submeter-se ao capitalismo estrangeiro. Eis por que sua força reside apenas, por um lado, no apoio que recebe dos elementos feudais reacionários do país e, por outro, na ajuda política, econômica e militar do capitalismo internacional. Acontece que o imperialismo encoraja os movimentos de libertação, e isto nas regiões coloniais onde a exploração capitalista atingiu estágio tal que a influência de um partido trabalhista ameaça os interesses do capitalismo internacional. Ao dar independência aos partidos burgueses, as forças nativas reacionárias ficam em posição de poder, cimentando então sua aliança com a burguesia internacional. As lutas de libertação conhecem quase sempre duas tendências: uma, verdadeiramente a favor não apenas da libertação nacional mas, sobretudo, da instauração do socialismo; enquanto que outra – que conta com apoio do imperialismo – tem por objetivo a conservação das estruturas capitalistas.

Na maioria dos Estados africanos existem embriões de burguesia rural. Em Gana colocam-se nesta categoria grandes proprietários e plantadores de cacau. Segundo o censo realizado em 1960, o número de membros da burguesia rural eleva-se a 1,4 milhões, enquanto que o da burguesia urbana se eleva a 300 mil membros. Isto em uma população em que a porcentagem urbana é de 24%. As burguesias urbana e rural não têm frequentemente consciência de classe que lhes permita medir a extensão da sua força e poderio em relação às massas, cuja crescente resistência constitui uma ameaça a

sua situação privilegiada. O proletariado urbano e rural aliou-se à burguesia nacional na luta pela independência que visa a supressão do poder colonial. Os antagonismos sociais apagaram-se momentaneamente, porém, uma vez conquistada a independência, ressurgiram com políticas econômicas e sociais dos novos governos.

Não é possível dar-se uma fusão das classes após a independência: o governo é, nesta altura, de uma ou outra tendência. Certos teóricos sustentam que, para derrubar a ordem burguesa, o proletariado e a pequena classe média deveriam formar uma coalizão, conquistando para sua causa o campesinato. Mas parecem ignorar este fato: no que diz respeito aos interesses econômicos, a pequena classe média colocar-se-á sempre ao lado da burguesia para defender estruturas capitalistas. Só a união do proletariado com as massas camponesas poderá conduzir a estruturas autenticamente socialistas. Em conflitos que impliquem interesses políticos e econômicos, estes últimos levam sempre a melhor. Assim como a burguesia internacional, a burguesia africana está convencida de que os governos devem proteger a propriedade privada e que o sucesso se mede pela fortuna, pela aquisição de bens pessoais e de um status social.

Existem, portanto, em África organizações burguesas – clubes e associações profissionais – semelhantes àquelas que se encontram nas sociedades burguesas da Europa e da América. Segundo a burguesia, a vida política deve limitar-se às rivalidades entre os diversos grupos proprietários. Não é raro assistir-se em África, assim como na Ásia, na América Latina e em outras partes do Mundo, a uma sucessão de golpes de Estado em um só país. Trata-se então de uma luta pelo poder entre dois grupos capitalistas. Porque países da África, Ásia e

América Latina têm um mesmo passado de exploração imperialista e colonialista e tornaram-se, após os movimentos de independência, satélites do neocolonialismo. A maioria dentre eles tem, além disso, à frente elementos burgueses que não ambicionam senão o poder político, que disputam entre si. Porque, qualquer que seja a facção no Poder, a questão é sempre a aquisição de bens e de estatuto social. Outros fatores, tais como o regionalismo e o tribalismo, entram em questão na corrida ao poder que se joga nas fileiras da burguesia. Mas é preciso não esquecer que estas rivalidades se passam entre privilegiados e que não se trata de luta de classes.

Avança-se frequentemente com a questão tribal para eclipsar as forças sociais criadas pelo colonialismo na sociedade africana. Nas numerosas regiões em que a desigualdade do desenvolvimento econômico, durante a época colonial, criou uma diferenciação das funções econômicas segundo considerações de ordem étnica, tendência é explorada pelo capitalismo internacional.

É necessário distinguir entre tribos e tribalismo. O clã é a extensão da célula familiar, enquanto que a tribo é a extensão étnica do clã através de um território. Anteriormente à penetração imperialista em África existiam as tribos, mas não tribalismo, no sentido moderno do termo. O tribalismo é um produto do colonialismo, que se serviu de sobrevivências feudais e tribais para lutar contra a pressão dos movimentos de libertação nacional.

O atraso na formação das nacionalidades é resultado da conquista colonial, quando os imperialistas repartiram entre si a África, desprezando as realidades geográficas, linguísticas e étnicas. O crescimento da economia e a evolução das estruturas sociais sofreram com isso. Foram artificialmente

apresentadas estruturas patriarcais e feudais, e houve preocupação de impedir por todos os meios possíveis o surgimento de um proletariado politizado e consciente.

Ora, os modos de exploração capitalista empregados nas regiões mineiras e nas plantações, como na África do Sul e do Leste e no Congo-Kinshasa, engendraram inevitavelmente o despertar do proletariado. A classe operária foi mantida no seio de estruturas tradicionais, de maneira a impedir-lhe a tomada de consciência de classe.

Após a independência, as potências coloniais seguiram a encorajar separatismo e antagonismos tribais, ajudando a constituir federações. O neocolonialismo, sob todas as formas, impediu o estabelecimento de uma independência real. Na época do neocolonialismo, o tribalismo é o instrumento de poder das classes burguesas, na sua tentativa de conter o descontentamento das massas. Muitos destes ditos antagonismos tribais são, na realidade, resultado de antagonismos sociais em relação com a transição de uma situação colonial para uma situação neocolonial. O tribalismo é consequência, e não causa, do subdesenvolvimento. A maioria dos conflitos “tribais” são resultado da exploração burguesa ou feudal, em estreita relação com os interesses de classe do imperialismo e do neocolonialismo. Os chefes tradicionais viram-se desprezados em proveito da nova burguesia urbana, que estava em melhor posição para defender os interesses do capitalismo internacional. Fala-se de conflitos tribais, mas trata-se de uma luta de classes.

O surgimento de tribos, em todos os países, é considerado como um processo normal, segundo o desenvolvimento histórico. As tribos, como as nacionalidades, podem existir

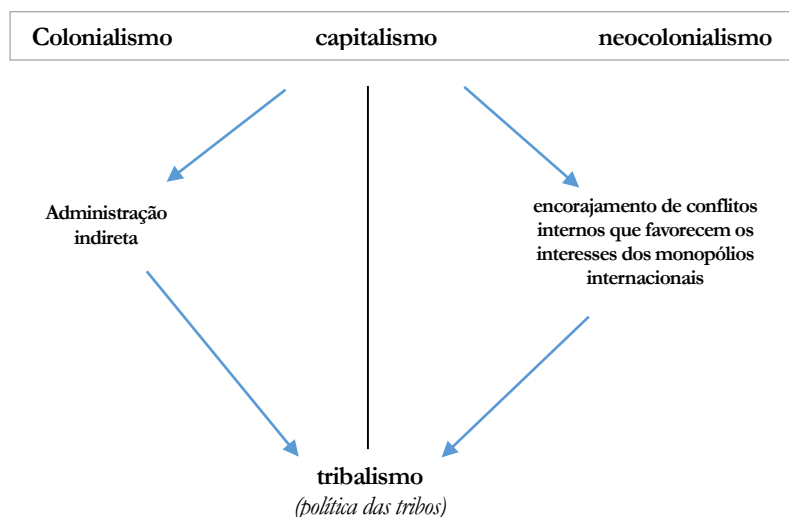
sempre, mas o tribalismo (ou política das tribos) deve ser eliminado. Graças a um governo socialista pan-africano, o tribalismo (e não as tribos) desaparecerá.

Certos elementos da burguesia africana e chefes tradicionais – tais como os intelectuais revolucionários – são capazes de se dissociarem dos seus meios de origem e da ideologia própria a tais meios: são “trânsfugas revolucionários”. Estes podem ser admitidos nas fileiras da revolução socialista.

Porém, na maioria dos países em que o desenvolvimento socialista está ainda no princípio, a pequena minoria burguesa sente-se ameaçada pelo ímpeto do socialismo. Consequentemente, elites burguesas cooperam estreitamente entre si, assim como com militares. Golpes de Estado neocolonialistas e burgueses são perpetrados por militares, para impedir qualquer tomada de poder pelo povo e pelos socialistas.

Estes golpes de Estado têm apoio da enorme máquina neocolonialista. Porque, a fim de proteger seus interesses, os imperialistas e os neocolonialistas apoiavam a classe privilegiada durante a época colonial. A burguesia nativa e o neocolonialismo têm interesses comuns na manutenção da sua supremacia e das estruturas do Estado colonial. A burguesia burocrática, em particular, é a “menina dos olhos” dos governos neocolonialistas. São inúmeros os Estados africanos que despendem somas enormes, a torto e a direito, com a sua burocracia. O Gabão, por exemplo, cuja população é inferior a 500 mil habitantes, possui um parlamento de 65 membros, recebendo, cada um, 165 mil francos por ano, enquanto que o salário anual do operário médio não ultrapassa 700 francos. No Daomé, 60% do rendimento anual são consagrados aos salários dos funcionários do governo.

Herdeira das antigas classes dominantes, a burguesia burocrática está estreitamente ligada às firmas estrangeiras, aos diplomatas dos países imperialistas e às classes exploradoras africanas. Embora não possuam grande força de coesão, é uma elite que resulta do modo capitalista de produção e um dos agentes mais dedicados do neocolonialismo.



Após a independência, a posição dos burocratas foi reforçada pelas políticas de africanização dos novos governos, assim como pelo aumento de trabalho trazido pelas grandes transformações econômicas e sociais projetadas por estes mesmos governos. Porque os burocratas têm competência administrativa e técnica requerida para este trabalho, estão aptos a selecionar e organizar as informações necessárias aos ministros para formulação das suas políticas. Neste sentido, desempenham um papel importante nas tomadas de decisões políticas. Mas muitos burocratas assumem funções para as

quais não foram devidamente preparados. Estes burocratas têm tendência a mostrar-se arrogantes e a isolar-se da classe inferior de funcionários e empregados de escritório e a mostrar-se servis ante os burocratas estrangeiros neocolonialistas. Qualquer que seja sua influência política, é sempre exercida em uma perspectiva de classe. A sua educação e posição social separam-nos das massas e fazem deles acólitos dos capitalistas locais, intelectuais desonestos, quadros ambiciosos do exército e da polícia e neocolonialistas. Ainda que sempre submetidos ao controle das autoridades política e militar, ocupam posição extremamente importante no aparelho de Estado neocolonialista e exercem sua influência com a bênção das classes dominantes. Em certos casos e, sobretudo, em caso de ditadura militar, exercem de fato a função de agentes políticos (sem ter sido plebiscitados). Isto torna-se particularmente evidente quando se trata de acordos com burocratas estrangeiros.

Quando se dá um golpe de Estado militar reacionário, a burocracia, tenha ou não participado dele, dá seu apoio imediato aos novos detentores do Poder, dando continuidade à rotina administrativa e colaborando na elaboração das novas leis. Os grandes burocratas aglomeram-se em todos os conselhos, comissões, etc., que surgem a partir de um golpe de Estado. Porque o estabelecimento de um regime arbitrário, militar e policial, reforça sua posição, já que os novos dirigentes dependem inteiramente deles.

Contrariamente aos governos civis, os regimes militares podem impor uma política sem ter anuência do parlamento, o que dá aos burocratas maior liberdade de ação. Em muitos países, os grandes funcionários participam na elaboração das políticas. Nos Estados Unidos, cada governo tem sua própria administração, que é parte integrante da elite no

poder. Na Grã-Bretanha, pelo contrário, os burocratas devem mostrar-se apolíticos e servir o governo que está no poder, seja ele qual for.

Mas na África a burguesia está associada ao imperialismo, ao colonialismo e ao neocolonialismo. Embora não passe de um setor minoritário da população, representa um perigo para as massas africanas, devido à força que lhe dá sua dependência ao capitalismo estrangeiro, que pretende manter as massas operárias e camponesas em um perpétuo estado de sujeição.

De fato, é impossível dissociar os interesses da burguesia africana dos do capitalismo monopolista internacional. O declínio de uma trará o declínio do outro.

A aliança da burguesia nativa e do capitalismo monopolista internacional é reforçada pela tendência crescente dos governos para formar associações, ou organizações econômicas regionais, com corporações gigantes, multinacionais e imperialistas. Determinados governos africanos que se dizem a favor de um desenvolvimento de tipo socialista, e que “nacionalizam” as indústrias estratégicas, são aliados destas corporações gigantes. Associam-se ao imperialismo na sua continuação da exploração do proletariado rural e urbano. Quebram a resistência dos operários, proibindo ou impedindo as greves. Durante este tempo, as corporações consolidam sua influência na economia africana, sabendo que podem contar com o apoio dos governos.

Na verdade, os governos africanos tornaram-se guardiões das corporações multinacionais imperialistas, constituindo assim um obstáculo ao avanço do socialismo.

É com a anuência da burguesia que os monopólios internacionais continuam a pilhar a África e a frustrar os planos

da Revolução Africana. Por conseguinte, é necessário denunciar e pôr fim à ação da burguesia africana. É o objetivo da luta do proletariado, que pretende a libertação total e a socialização do continente africano, contribuindo assim para o progresso da causa da revolução socialista mundial.

O proletariado

Existe um proletariado moderno em África, embora ainda seja pouco importante. Constitui o nó essencial da edificação do socialismo e deve colocar-se no contexto da luta operária internacional, da qual vem muita da sua força.

O surgimento da classe operária em África está ligado à implantação do colonialismo e do capitalismo. Na maior parte dos países africanos, o proletariado está pouco desenvolvido, devido à fraca industrialização. Contudo, nos países economicamente mais desenvolvidos, tais como Egito e África do Sul, existe uma poderosa classe operária. Foi nestes países que surgiram, durante os anos 20 deste século, os primeiros partidos comunistas africanos, compostos por trabalhadores, camponeses e intelectuais. Na mesma época nasceram os partidos comunistas na Argélia, Marrocos e Tunísia, ligados ao Partido Comunista Francês.

Na primeira metade dos anos 50, a África já contava com mais de 10 milhões de assalariados, dos quais cerca de 50% eram empregados no setor agrícola, 40% na indústria e nos transportes e 10% na função pública e no setor comercial. Em 1962, o número de trabalhadores africanos era avaliado em 15 milhões, ou sejam 6% ou 7% da população total. Se esta percentagem parece fraca em comparação com a dos trabalhadores asiáticos, cujo número se eleva a 100 milhões, é

preciso, contudo, ter em conta o que representa, suas potencialidades e sua solidariedade com movimentos proletários do mundo inteiro.

Os trabalhadores africanos desempenharam um importante papel nas lutas de libertação nacional. Através de uma sucessão de greves, conseguiram perturbar a vida econômica e a administração. Nos anos que precederam a independência, assistiu-se a greves gerais no Quênia, na Nigéria, em Gana e na Guiné. A África colonial conheceu um número incalculável de greves que afetaram determinados setores da economia; a greve dos mineiros do Rand, em 1946, e as greves que afetaram a indústria do sisal, de 1957 a 1959, no Tanganica são exemplos clássicos. Graças a todas estas greves, e outras ainda mais eficazes, os trabalhadores adquirem uma consciência de massa, que se tornou, de certo modo, consciência de classe.

É na África do Sul que se encontra o grau de urbanização mais elevado da África. Julga-se que em 1966 o proletariado urbano representava aproximadamente uma população de 7 milhões. Foi isto que levou certos teóricos a dizer que na África do Sul é possível não passar pelo estágio da democracia e chegar imediatamente ao socialismo. A este respeito, tomemos o exemplo da China, onde a porcentagem da população operária industrial não era, antes da revolução comunista, superior a 1%. A força dos exércitos de libertação vinha, sobretudo, do apoio que recebiam das massas camponesas, das quais eram oriundos. Atualmente a classe operária industrial chinesa representa 3% da população.

Compete ao proletariado urbano da África conquistar as massas camponesas para a causa da revolução, levando-a ao mundo rural. Porque, em geral, as massas camponesas estão ainda desorganizadas e não são revolucionárias. Muitos

ainda são iletrados. Mas a aliança do proletariado urbano e das massas camponesas na luta pelo socialismo conduzirá a Revolução Africana à vitória. Porque a burguesia africana e seus mestres imperialistas e neocolonialistas não podem vencer sua poderosa união.

Em muitos Estados africanos, a ausência de uma indústria em grande escala, a ausência de qualificação profissional e o fraco nível de educação dos trabalhadores retardam a tomada de consciência. Muitas vezes não são revolucionários e têm mentalidade pequeno-burguesa. No Senegal, por exemplo, onde a classe operária é superior à de muitos outros Estados africanos e onde a população operária masculina compreende 95% de analfabetos e a população feminina 99%, existe, no entanto, um poderoso movimento operário.

Sob dominação colonial, a luta dos operários era essencialmente dirigida contra a exploração estrangeira. Neste aspecto, era mais uma luta anticolonial do que uma luta de classes. E tinha até um certo cunho racista. O aspecto sócio racial da luta dos trabalhadores africanos persiste ainda na época neocolonialista, tentando fazer esquecer aos trabalhadores a existência da burguesia nativa exploradora. O ataque dos operários é dirigido contra europeus, libaneses, indianos e outros, esquecendo-se do explorador nativo reacionário.

Encontra-se uma situação semelhante nos estados colonialistas onde trabalha um proletariado imigrante e o desemprego é abundante. Perante o descontentamento dos operários, o governo tudo faz para que se considere a presença destes trabalhadores “estrangeiros” como responsável da situação geral e não sua própria política reacionária. O resultado é que os trabalhadores africanos imigrantes são acusados pelos seus próprios companheiros de trabalho e pelo governo, que toma então medidas para restringir a emigração,

limita oportunidades de contrato e expulsa determinadas categorias. Assim, o governo faz os trabalhadores nacionais crer que a presença dos imigrantes é a causa principal do desemprego e más condições de vida. É isso que cria uma atmosfera de tensão geral, fazendo despertar velhas querelas étnicas e nacionais. Eis como, ao invés de se unir aos imigrantes para fazer pressão sobre o governo, o proletariado nacional toma partido do governo. E é assim que a burguesia se aproveita da falta de consciência das massas, para as dividir.

Quaisquer que sejam as suas nacionalidades, raças, tribos, religiões – que não entram em linha de conta na luta pelo socialismo –, todos os operários são explorados. A revolução socialista africana rejeita o argumento segundo o qual o proletariado não africano é obstáculo ao progresso económico; opõe-se igualmente às calúnias e às medidas de expulsão que os imigrantes sofrem.

Na África não se deveria nunca utilizar o termo “estrangeiro”, porque todos são africanos. Não são os trabalhadores imigrantes que é preciso combater, mas a balcanização nascida das fronteiras artificiais traçadas pelo imperialismo. O proletariado imigrante das cidades pode tornar-se um elemento determinante para o alastrar do socialismo. Efetivamente, estes homens que trabalham nas cidades e em Estados africanos diferentes para regressar ao seu país de origem após algum tempo são um laço de união entre os movimentos revolucionários proletários e camponeses de outros Estados. São, portanto, elemento essencial do processo revolucionário, destacando assim a importância da mobilidade permanente da mão-de-obra africana, que é necessário organizar.

As grandes migrações são uma das características da África. Há, por um lado, o êxodo rural; por outro, a imigração.

As cidades são, em grande parte, o produto de forças externas; são o resultado da economia de mercado introduzida pelo colonialismo europeu. Uma das causas do êxodo rural é a procura de emprego. Vem em seguida o desejo de adquirir produtos manufaturados, a educação das crianças e a tentativa das vantagens da vida citadina.

As concentrações urbanas, em África, desenvolveram-se consideravelmente ao longo destes últimos anos. Tome-mos o exemplo de três cidades de Gana que viram acelerar o seu grau de crescimento:

	<i>Anos</i>	<i>População (números aproximados)</i>
Accra	1936	38 mil
	1960	338 mil
Kumasi	1921	24 mil
	1966	190 mil
Tamale	1921	4 mil
	1960	40 mil

Poder-se-ia dividir a estrutura social das cidades africanas em três grandes grupos: 1) Burguesia, que reagrupa as profissões liberais, os intelectuais, a burocracia, o exército, o mundo de negócios, as elites políticas e de dirigentes, o professorado, o clero, os comerciantes, os chefes de serviços ministeriais; 2) Classe operária, que compreende o conjunto dos pequenos comerciantes, operários, vendedeiras e trabalhadores imigrados; 3) O grupo dito “marginal”, agrupa mendigos, prostitutas e todos os que constituem o lumpenproletariado.

Agrupar-se-ão nesta última, todos os jovens que, vindos de famílias pequeno-burguesas, deixaram seu mundo rural para vir às cidades, não à procura de emprego, mas para

viver a expensas da família. Estes constituem elemento importante da luta de libertação, porque têm laços ao mesmo tempo rurais e urbanos, permitindo-lhes tornarem-se quadros revolucionários eficazes.

Os membros das elites burguesas encontram-se em clubes e associações, que passam por cima da questão racial, acentuando o estatuto de classe. A existência de uma consciência de classe manifesta-se no desejo destas elites de aderir a estas associações que acentuam o seu estatuto. Quanto mais elevado é o grau de educação, mais importante é o estatuto social e profissional. Quem quer que tenha estudado no estrangeiro é sempre favorecido.

Os trabalhadores imigrantes trazem consigo suas próprias estruturas sociais, suas ideologias, religiões e costumes. À parte alguns deles que se conseguem integrar completamente na população local, sua estadia é temporária: trabalham para regressar aos seus países de origem passados alguns anos. Segundo o censo realizado em Gana em 1960, apenas 25% da população de Takoradi eram originários do local, em Kumasi a percentagem era de 37% e em Sekondi, de 40%. Em 1948, mais de 50% da população de Takoradi e 36% da de Accra tinham permanecido menos de cinco anos nestas cidades. A percentagem de trabalhadores imigrantes em Gana é de cerca de 40%.

Ainda que a percentagem de imigrantes entre populações urbanas varia de país para país, a presença do proletariado imigrante em África constitui vasta força móvel que poderia tornar-se fator vital da revolução socialista africana, podendo, com efeito, ajudar à integração dos trabalhadores na luta revolucionária e à infiltração em cada setor da economia neocolonialista e burguesa.

Sob a dominação colonialista, o proletariado imigrante tem tendência para retardar o desenvolvimento de uma consciência de classe e para frear o desenvolvimento das organizações operárias. Efetivamente, trabalhadores imigrantes formam as suas próprias associações tribais, que são, sobretudo, sociedades de socorros mútuos.

No entanto, após a Segunda Guerra Mundial, o sindicalismo africano conheceu um período de desenvolvimento. Em muitos Estados africanos, sindicatos participaram ativamente na luta de libertação nacional, organizando greves, boicotes e outras formas de luta. As potências coloniais opuseram-se vigorosamente à ação dos sindicatos, tentando – por vezes com sucesso – fazer vacilar o poder dos dirigentes sindicalistas na introdução de políticas reformistas e de um socialismo de direita.

Em maio de 1961, por iniciativa dos sindicatos de Gana e do Mali, a Conferência Sindical Pan-Africana reuniu-se em Casablanca: 45 organizações sindicais e 38 países estiveram representados. Foram lançadas as bases da União Sindical Pan-Africana (USP) segundo os princípios da solidariedade proletária e do internacionalismo. Em janeiro de 1962, após conferência realizada em Dakar, foi fundada uma organização sindical, a Central Sindical Pan-Africana (CSP), na presença de delegados das organizações africanas ligadas à Confederação Internacional de Sindicatos Livres e de 8 organizações sindicais independentes. Na Carta da Confederação dos Sindicatos Africanos não foi feita nenhuma alusão aos monopólios estrangeiros ou ao internacionalismo proletário.

O movimento sindical, em África, deve ser organizado à escala do pan-africanismo, ser orientado segundo os princípios do socialismo e desenvolver-se no contexto da luta dos trabalhadores africanos. É por esta razão que a criação de

uma União Sindical Pan-Africana deve tender para o desenvolvimento da ação sindical em todo o continente africano. Sendo diferente das uniões sindicais de outros países, trabalhará, no entanto, com elas a nível internacional.

A urbanização está na base das transformações sociais. Consequentemente, a industrialização, que é a causa principal da urbanização, determina as estruturas sociais. O aumento da industrialização determina, pois, o crescimento do proletariado africano, que irá adquirir maior consciência de classe.

Atualmente, a indústria africana é das menos desenvolvidas do mundo. Embora produza 1/7 das matérias brutas, produz, no entanto, apenas a quinquagésima parte dos produtos manufaturados. A contribuição da indústria no rendimento total dos países africanos é inferior a 14%. Esta situação é herança do imperialismo e do colonialismo, da exploração da África pelos monopólios capitalistas estrangeiros. É também resultado da continuação da exploração imperialista e capitalista da África pelo neocolonialismo.

Os monopólios ocidentais controlam ainda cerca de 80% do volume do comércio em África. O rápido desenvolvimento da implantação americana é um exemplo significativo:

	Em milhões de dólares		
	1950	1960	1964
Investimentos	287	925	1700
Exportações (dos EUA para à África)	494		926
Importações (da África)	362		1211

De 1951 a 1955, os investimentos americanos diretos em África aumentaram mais do que dobro, passando de 313

milhões a 793 milhões de dólares. Isso sucede particularmente na África do Sul, na Rodésia e no Congo-Kinshasa.

O neocolonialismo procede das seguintes maneiras: exerce controle econômico através do sistema de “ajudas”, de “empréstimos” e de “trocas comerciais e financeiras”; controla economias locais através do vasto dispositivo de corporações internacionais; controla politicamente governos fantoches; penetra na sociedade através do desenvolvimento da burguesia nativa, da imposição de acordos de “defesa”, da instalação de bases militares e aéreas, da infiltração ideológica, nitidamente anticomunista, através dos meios de comunicação modernos (imprensa, rádio, televisão); fomenta discórdias entre países e tribos; pratica um imperialismo coletivo – veja-se, a título de exemplo, a cooperação político-econômica e militar entre Rodésia, África do Sul e Portugal.

O neocolonialismo não pode, por sua própria natureza, resolver seus problemas e suas contradições. Se o imperialismo não é senão o capitalismo agonizante, o neocolonialismo é o colonialismo agonizante, e a intensidade das suas contradições internas conduz a sua destruição. O neocolonialismo não pode trazer seu apoio aos regimes “neoburgueses” e favorecer um desenvolvimento econômico estável, já que o seu verdadeiro objetivo é salvaguardar os seus interesses e investimentos. Consequentemente, a burguesia local nunca poderá estar segura do seu poder, e recorre cada vez mais frequentemente a intervenções do exterior ou à repressão interna, estado de coisas que acelera o desenvolvimento da luta de classes verdadeiramente revolucionária.

A “ajuda econômica” estabelecida pelos países capitalistas é uma das maneiras mais insidiosas empregadas pelo neocolonialismo para refrear o desenvolvimento dos países do Terceiro Mundo, retardando assim a industrialização e o

crescimento de um proletariado relevante. Apenas 10% das ajudas estadunidenses são utilizadas no desenvolvimento da indústria, e isto nos países considerados “seguros” para o capitalismo. Pelo contrário, 70% da ajuda dos países socialistas vão para industrialização e para organização da produção. As taxas de lucro sobre empréstimos dos países capitalistas variam entre 6,5% e 8%, enquanto que as dos países socialistas não ultrapassam 2,5%. A ajuda socialista é sobretudo empregada na planificação, enquanto que a ajuda ocidental visa o setor privado.

A ajuda francesa às suas ex-colônias africanas cifra-se em cerca de 2 bilhões de francos. Por meio de tal quantia, a França mantém laços culturais, políticos e econômicos que fazem destes países grandes mercados para as exportações francesas. Para os governos franceses trata-se de um “bom investimento”.

Uma grande parte das somas gastas pelo Ocidente na “ajuda bilateral” não sai do país doador, porque é dada sob forma de artigos de consumo; ou então estas somas são reembolsadas em prazo de tempo relativamente curto, como pagamento de exportações adicionais.

Existem ainda outras maneiras de recuperar as somas que esses países despendem nas “ajudas”. De cada 100 libras que a Grã-Bretanha aplicou como “ajuda bilateral” entre 1964 e 1966, 72,5 libras eram destinadas ao envio de artigos de consumo ou à compra de bens e serviços.

A “ajuda multilateral” permite igualmente aos países doadores afirmar sua posição econômica. Avalia-se que a Grã-Bretanha tem garantidas exportações da ordem das 116 libras por cada 100 da sua “ajuda multilateral”, o que é devido, em grande parte, às operações da Agência Internacional

de Desenvolvimento (AID). Assim, foi recentemente conduzido, no Whitehall, um estudo que demonstra que por cada 100 libras entregues à AID pela Grã-Bretanha de 1964 a 1966 a AID gastou 150 em mercadorias britânicas. De fato, muitos projetos de “ajuda” são destinados a equilibrar a balança de pagamentos dos países doadores, e não a favorecer o desenvolvimento económico do país beneficiado. Este deve não somente assumir o reembolso da pesada dívida, mas também aceitar uma dependência política e económica, que limita seu desenvolvimento e retarda seu crescimento económico.

São garantidos, pelos países capitalistas, créditos aos países africanos, asiáticos e latino-americanos, para que tenham infra-estrutura necessária à exploração pelos monopólios. O objetivo é, simultaneamente, político e económico. Trata-se de impedir o avanço do socialismo ofertando à burguesia nativa uma parte dos interesses capitalistas, estendendo a empresa monopolista internacional às economias dos países em vias de desenvolvimento.

O proletariado rural, que é composto de pequenos agricultores e trabalhadores das plantações de algodão, sisal, cacau, café, borracha, citrinos, etc., – que os coloca na órbita do comércio e da indústria internacionais –, faz parte da estratégia da luta do proletariado africano. No entanto, o imperialismo, na sua fase neocolonialista, tira a maioria dos seus proveitos do controle dos setores avançados da produção, tais como minas, comércio, pesca e transportes. Cerca de 90% dos investimentos capitalistas em África vão para empresas relacionadas com estes setores, e é nestes setores chaves que o proletariado industrial – força de trabalho indispensável à continuidade do neocolonialismo – está em posição de enquadrar a revolução socialista.

Houve quem tentasse negar a existência de uma classe operária em África. Em áreas onde é impossível negar sua existência, como nas regiões mineiras da África do Sul, do Congo-Kinshasa e da Zâmbia, esforçaram-se por integrá-la no sistema capitalista e neocolonialista de exploração, pondo à frente dos sindicatos dirigentes reformistas e garantindo um certo número de benefícios. Em certos países africanos, e particularmente naqueles onde a indústria mineira está muito desenvolvida, as políticas de africanização são utilizadas para apaziguar o descontentamento dos operários e elevar os salários a um escalão extranacional. Isso permitiu, em certos casos, tornar os operários menos desejosos de prosseguir as atividades revolucionárias.

A tendência que caracteriza o período de transição que separa o capitalismo do socialismo é o aburguesamento. A visão que a classe operária tem do socialismo pode ser perturbada pela corrupção do “estado da prosperidade”; podem então tornar-se filisteus bem alimentados, a favor da reação e do conservantismo. Dão então menos importância à revolução socialista.

Tanto economicamente como ao nível da indústria, a Europa e os Estados Unidos estão maduros para o socialismo. Estão de posse dos elementos fundamentais para a instauração imediata de um regime socialista. Nos Estados Unidos, onde o desenvolvimento da energia nuclear atingiu seu ponto mais alto, graças à automatização e à cibernética, as forças produtivas atingiram um ponto em que o estabelecimento de uma sociedade sem classes, tal como Marx a previu, se pode apenas atingir através do comunismo. Mas, embora seja a sociedade mais rica e a mais industrializada, a sociedade americana é também a mais retrógrada social e politicamente.

Parte da classe operária, na Europa e nos Estados Unidos, reivindica-se do capitalismo: certos operários, tendo-se aburguesado, diminuíram, assim, as forças do proletariado que caminha para a revolução socialista. Em 1968, cerca de 10 milhões de operários franceses entraram em greve, paralisando praticamente a ação do governo; não foram, porém, capazes de conduzir a uma transformação revolucionária.

A revolta dos estudantes de todo o mundo tornou-se uma característica fundamental da nossa época. Mas estudantes sofrem de uma dupla alienação: por um lado, são alienados pela ordem burguesa, e frequentemente pela sua própria família; por outro lado, são estranhos à classe operária, que poderia utilizar seus esforços na luta revolucionária.

O Partido Conservador, na Grã-Bretanha, depende em grande parte do apoio eleitoral dos trabalhadores ingleses que nele votam. Aspirando à riqueza e à promoção social, um grande número de operários reclama-se da classe média. No “estado da prosperidade”, muitos operários vivem como a baixa classe média, assegurando ao Partido Conservador os votos que pretende.

Assim, a extensão do direito de voto às massas não reduz o poder da classe dirigente. Provocou antes o declínio do radicalismo das classes operárias. A tendência, na sociedade capitalista, dos operários a limitarem-se a ação sindical é um perigo para o avanço do socialismo.

Perante o aburguesamento das classes operárias nos países capitalistas, cabe aos povos oprimidos da África, Ásia e América Latina a grande tarefa de promover a revolução socialista mundial. Neste sentido, o papel do proletariado africano no avanço revolucionário africano é vital e estratégico.

O campesinato

Na África, as massas camponesas constituem, de longe, o contingente mais vasto da classe trabalhadora, e potencialmente o elemento fundamental da revolução socialista. Mas as massas estão dispersas, desorganizadas e, geralmente, não são revolucionárias. É, no entanto, indispensável que tomem consciência e sejam enquadradas pelos seus aliados naturais: o proletariado e a *intelligentsia* revolucionária.

No cume da hierarquia social das zonas rurais situam-se os proprietários feudais de terras, que vivem da exploração dos camponeses, e os proprietários capitalistas, na sua maioria absentistas, que vivem da exploração de uma mão-de-obra assalariada. Entre os proprietários capitalistas – que formam a burguesia rural – enfileira o clero, das diversas seitas e religiões, vivendo da exploração feudal e capitalista dos camponeses. A burguesia rural possui propriedades relativamente grandes, um capital e uma mão-de-obra que explora; especializa-se na cultura de exportação. Os pequenos agricultores, que se poderiam colocar na categoria de pequena burguesia rural, possuem pequeno capital e cultivam a terra que lhes pertence e que alugam. Empregam membros das suas famílias ou mão-de-obra assalariada.

Em geral, quando a terra é alugada, o pequeno agricultor guarda cerca de 2/3 das receitas, e dá 1/3 ao proprietário. A seguir à pequena burguesia rural estão, na hierarquia rural, os camponeses que cultivam pequenas porções de terra e são por vezes forçados a vender seus serviços à jorna. No fim da escala social vêm os assalariados agrícolas, que formam o proletariado rural, possuindo apenas sua força de trabalho.

Deste modo, a sociedade rural divide-se em dois grupos distintos, os exploradores e os explorados, grupos esses que se poderiam subdividir em vários grupos mais limitados:

exploradores: proprietários das plantações, proprietários absentistas, agricultores (que possuem terras relativamente grandes), pequenos agricultores; e explorados: camponeses, proletariado rural.

A maioria dos proprietários das plantações são estrangeiros (como na Nigéria, em Camarões, no Congo-Kinshasa, na África do Sul e na Rodésia). Tais plantações são extensões dos monopólios em África. O sistema das plantações é de acordo com princípios fundamentais do capitalismo: assenta-se na exploração dos trabalhadores agrícolas. Esta exploração é tornada possível pelo nível de vida pouco elevado dos trabalhadores, o que permite aos monopólios pagar-lhes salários nominais irrisórios. Contudo, devido à crescente subida dos preços dos produtos de consumo, os salários reais desses trabalhadores não cessam de baixar. O resultado é a gravidade crescente do conflito que opõe capital e trabalho. Os monopólios estrangeiros pertencem aos proprietários absentistas estrangeiros. Mas existem também absentistas locais.

Os absentistas locais são geralmente os proprietários africanos que vivem na cidade, luxuosamente, controlando, graças aos seus capitais, vastas extensões de terras nas regiões rurais. Vivem da exploração dos trabalhadores agrícolas. A exploração reside no tipo de pagamento: um trabalhador agrícola não recebe salário fixo e trabalha durante todo o dia. O conflito que opõe capital e trabalho é tão intenso nestas propriedades como nas plantações. Frequentemente, o proprietário absentista explora também na cidade, exigindo preços exorbitantes pelas casas que aluga aos trabalhadores.

Uma outra categoria de exploradores são os grandes agricultores, que são normalmente proprietários nativos, por vezes mais ricos que os proprietários absentistas. Ao contrá-

rio destes últimos, vivem nas suas próprias terras. São prósperos, porque suas terras são férteis e porque têm meios técnicos para as cultivar e possibilidade de alugar mão-de-obra. São em geral pessoas muito importantes na região em que habitam, e costumam ter grandes famílias. Os seus métodos de produção são semifeudais e praticam, por vezes, o pagamento em gêneros. Em muitos casos devem fidelidade aos chefes ou anciãos de uma aldeia mais importante. Preocupam-se com a cultura de exportação.

Depois dos grandes agricultores vêm, na escala social, os possuidores de pequenas quintas. São pequenos proprietários que possuem também suas máquinas e seu gado. Segundo a psicologia revolucionária marxista, são instáveis e hesitantes. Empregam os membros das suas famílias e alugam serviços de jornaleiros na época das colheitas e das lavouras. Aspiram a tornar-se prósperos, o que lhes permitiria ter mão-de-obra permanente e obter uma grande propriedade. Preocupam-se sobretudo com a produção local para consumo imediato.

Ao lado do pequeno agricultor situa-se o camponês, que é o menor proprietário de terras. A sua vida é a própria insegurança. Trabalha um pequeno retalho de terra, com ou sem gado. Está sempre dependente das condições atmosféricas e da própria natureza, porque sua colheita só será boa se estiver bom tempo, mas o mau tempo pode arruiná-lo, e vê-se então obrigado a alugar seus serviços nas plantações e nas grandes propriedades. Devido à subida crescente dos preços e ao custo elevado dos produtos manufaturados, por exemplo, as dificuldades do camponês aumentam a cada dia. Geralmente produz tudo o que precisa em casa e raramente ga-

nha com sua produção. O camponês pode tornar-se um elemento revolucionário, sob a condição de ser enquadrado pelo proletariado rural e urbano.

O proletariado rural é constituído por trabalhadores, no sentido marxista do termo. São parte integrante da classe operária e a camada social mais revolucionária do mundo rural africano.

É necessário desenvolver o potencial revolucionário desta camada rural de camponeses e operários agrícolas, porque constituem a força principal da revolução. Compete aos quadros revolucionários a tarefa primordial de os levar a tomar consciência das realidades do seu potencial económico, e de os conquistar, a eles e aos pequenos agricultores, para um método socialista de produção e distribuição agrícolas. Isto deve ser feito através do desenvolvimento de diversos tipos de cooperativas agrícolas: estas são essenciais em uma transição de um modo de agricultura privado, baseado na pequena produção, a uma agricultura moderna, mecanizada, socialista. Existem já em diversos países africanos cooperativas de mercado, que têm sido bem-sucedidas, e cooperativas de crédito, que são menos frequentes, devido à falta de fundos. Mas a mais importante forma de cooperação agrícola é a cooperativa de produção que organiza a administração e o mecanismo da produção agrícola. Este tipo de cooperativa está ainda na sua infância, devido à falta de pessoal qualificado para a pôr a funcionar e à falta de maquinaria agrícola. Só um governo progressista a saberia utilizar. Porque nos países neocolonialistas as cooperativas servem já os interesses da burguesia rural e dos monopólios capitalistas. As elites neocolonialistas exploram o isolamento relativo e o atraso cultural das massas camponesas, levando-as assim a aceitar sua dominação política.

É sobretudo no mundo rural que subsistem vestígios de feudalismo. Em geral, as condições de vida dos camponeses não se modificaram desde as épocas pré-coloniais e coloniais: continuam a ter que pagar pesadas taxas e fazer trabalhos forçados. Quando emigram para a cidade, são geralmente vítimas dos exploradores coloniais e neocoloniais.

Tal como os camponeses da Ásia e da América Latina, os camponeses africanos sofreram durante muito tempo o feudalismo e a exploração imperialista-capitalista. Do Cairo ao cabo da Boa Esperança, e das ilhas de Cabo Verde ao Quênia e a Zanzibar, a situação e os problemas dos camponeses africanos são praticamente idênticos. O campesinato tem que se libertar das relações de produção semifeudais e capitalistas. A agricultura deve passar de uma pequena produção a uma agricultura moderna, baseada na utilização de cooperativas, instrumentos e técnicas mais modernos.

Atualmente, os camponeses africanos apoiam-se na pequena propriedade dos meios de produção, exceto nas regiões onde existe uma agricultura de subsistência e um sistema de propriedade comunal. O centro do problema agrário, na África ocidental, é o prevailecimento da pequena produção. Em Gana, 97% das quintas têm uma superfície inferior a 4 hectares; 60% têm menos de 2 hectares. A pequena exploração agrícola é um obstáculo à expansão das ideias socialistas, porque traz consigo o conservadorismo, a avidez e uma mentalidade burguesa.

Sob a dominação colonial, assim como nos Estados neocolonialistas, o governo fez recrutamentos entre as massas camponesas para a sua polícia e o seu exército, porque se diz que são mais “leais”. Na verdade, o governo apenas explorou a ignorância, o espírito de submissão e o conservadorismo, características das massas camponesas iletradas.

Durante as lutas de libertação nacional, os camponeses bateram-se pela independência e contra o feudalismo, nos movimentos políticos criados pelos dirigentes sindicalistas, operários e intelectuais revolucionários. É indispensável que as massas camponesas recebam o apoio dos seus aliados naturais, na luta revolucionária pelo socialismo. Nos países onde as lutas revolucionárias socialistas resultaram na derrubada de governos burgueses – como na China, Cuba, Vietnã e Coreia – as massas camponesas foram aliadas de outras forças sociais, enquadradas por partidos marxistas. Os laços estreitos que unem o proletariado e as massas camponesas são os mesmos que unem os movimentos de guerrilha urbanos e rurais. São parte integrante da luta revolucionária socialista, e nenhum poderá alcançar a vitória final sem o outro.

A luta revolucionária socialista, em África, deve apoiar-se nas massas camponesas e no proletariado rural, porque estes constituem a grande maioria da população, e o seu futuro está no socialismo. Os combatentes da liberdade, que fazem parte destas massas, dependem delas quanto ao recrutamento e abastecimento. O mundo rural é o bastião da revolução. É o campo de batalha no qual as massas camponesas e os seus aliados naturais – o proletariado e a *intelligentsia* revolucionária – serão a força motriz da construção e da transformação socialistas.

A revolução socialista

A ação política atinge seu ponto mais alto logo que o proletariado, sob a direção de um partido de vanguarda guiado pelos princípios do socialismo científico, consegue derubar o sistema de classes: a revolução atingiu então o auge.

As bases de uma revolução são lançadas logo que as estruturas orgânicas e condições em uma determinada sociedade levaram as massas a desejar ardentemente a derrubada completa das estruturas desta sociedade. Embora não haja dogmas estabelecidos rigorosamente quanto à revolução socialista, já que a história não se repete, a experiência provou que, nas condições da luta de classes, a revolução socialista não se pode realizar sem recorrer à violência. A violência revolucionária é um princípio fundamental das lutas revolucionárias. Porque as elites privilegiadas não cederão o poder a não ser que sejam obrigadas; mesmo quando aceitam efetuar reformas, não cederão nunca porque sua posição está ameaçada. Somente a ação revolucionária as poderá derrubar.

Não há nenhum acontecimento histórico que não tenha sido conquistado à custa de violentos esforços e vidas humanas. Ficarão desiludidos os que esperam que a passagem do modo de produção capitalista ao modo de produção socialista se fará sem o recurso da violência. Porque a mudança qualitativa inerente à revolução socialista é muito mais profunda do que a que provocou a passagem do feudalismo ao capitalismo. Os revolucionários socialistas querem uma transformação total da sociedade e a abolição do sistema de classes. Pelo contrário, o declínio do feudalismo trouxe a introdução de novas estruturas sociais, através das quais o dinheiro, e não os títulos de propriedades, se tornou a condição fundamental do poder e do privilégio. A revolução socialista opõe-se aos conceitos elitistas e pretende a abolição do sistema de classes, assim como a abolição do racismo. Os revolucionários socialistas lutam pela instauração de um Estado que garanta a realização das aspirações das massas e lhes assegure uma participação em todos os escalões do governo.

Em uma sociedade capitalista a liberdade é o direito de fazer o que a lei permite, no interesse da classe burguesa que está no poder. Ora, capitalismo, quanto mais se desenvolve, mais anárquico torna-se. A revolução socialista é, então, o resultado lógico e inevitável.

Nos países em que o desenvolvimento capitalista e industrial está no seu começo, e onde a burguesia representa uma minoria da população, o proletariado está em condições de, através da tomada do poder, instaurar o regime socialista. Sob a direção dos revolucionários socialistas, a África pode passar de um estágio de propriedade burguesa-capitalista a um estágio em que os meios de produção são distribuídos segundo um modo de propriedade socialista-comunista. Mas a luta revolucionária não poderia contar com a participação da burguesia e da pequena classe média, porque, a despeito da sua participação nas lutas de libertação nacional, tentarão sempre impedir a criação de um Estado socialista, para conservar os seus privilégios. São fiéis ao capitalismo e sua sobrevivência depende do apoio que recebem do imperialismo e do neocolonialismo. Uma transformação total da sociedade só será realizada com a derrubada da burguesia pela revolução socialista.

Há certos fatores que fazem acelerar o processo da revolução socialista: o mais importante é o desenvolvimento capitalista e a industrialização, que, ao provocar a ampliação da classe operária, favorece o surgimento de futuros dirigentes da revolução proletária. Entre outros fatores estão o abandono das classes dirigentes pelos intelectuais, os governos ineficazes e a incompetência política da classe burguesa no poder. O exemplo e a ajuda das outras revoluções socialistas favorecem igualmente o avanço do socialismo. Há, por fim, a

influência dos conflitos sócio raciais e dos antagonismos de classes.

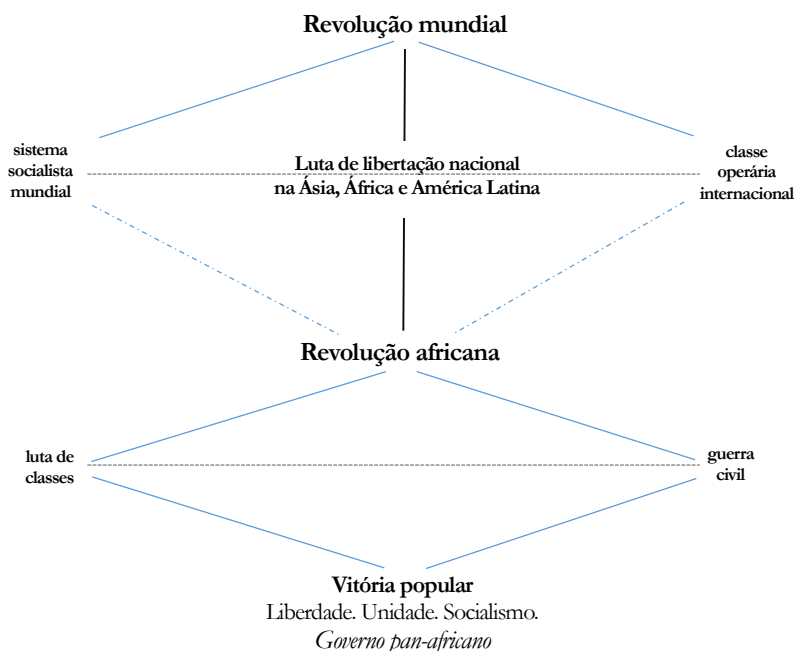
No século XX, é nos países menos industrializados – países com um passado marcado pela exploração imperialista, colonialista e neocolonialista – que tiveram lugar as tomadas de poder mais violentas. Estas mudanças violentas não podem ser consideradas como lutas pelo poder entre diversas elites: representam ações de classes. No caso da revolução socialista, trata-se da tomada de poder pelo proletariado. Mas no caso de golpes de Estado reacionários, dá-se a derrubada, pela burguesia, de um governo de tendência socialista ou então uma luta pelo poder entre diversas facções da burguesia.

Na África, na Ásia e na América Latina, a ebulição econômica, política e social deve ser explicada no contexto da revolução socialista mundial, porque hoje em dia o processo revolucionário reúne três correntes: sistema socialista mundial, movimentos de libertação dos povos de África, Ásia e América Latina e movimentos operários dos países industrializados capitalistas.

Os povos dos países menos industrializados têm um papel estratégico a desempenhar no processo revolucionário, devido a sua experiência do imperialismo, do colonialismo e do neocolonialismo. Veem problemas tanto mais claramente quanto os processos de produção e distribuição não tiverem sido ainda obscurecidos pelas manobras falaciosas do “estado da prosperidade” e pela corrupção capitalista.

A causa da revolução proletária internacional é parte integrante das lutas de libertação do mundo em vias de desenvolvimento, centro dos antagonismos de classes na época contemporânea. Os países do Terceiro Mundo tornaram-se os “pontos quentes” da revolução mundial, dando golpes diretos e mortais no imperialismo.

O aburguesamento de certos setores da classe operária internacional e o economicismo de certos dirigentes proletários socialistas tornam as lutas revolucionárias socialistas dos países em vias de desenvolvimento extremamente importantes; assim, de certo modo, a luta revolucionária socialista desenvolveu um elemento sócio racial. Ora, se seria perigoso não reconhecer um tal fator, é, no entanto, preciso não perder de vista o objetivo fundamental da revolução socialista: a luta de classes.



O mundo em vias de desenvolvimento não é um bloco homogêneo oposto ao imperialismo. O conceito de “Terceiro Mundo” é ilusório. Na verdade, está em grande parte dependente do imperialismo. A luta contra o imperialismo tem lugar

no interior e no exterior do mundo imperialista: trata-se de uma luta entre o socialismo e o capitalismo, e não entre um chamado Terceiro Mundo e o imperialismo. O eixo do problema é a luta de classes. Além disso, é impossível edificar o socialismo no mundo em vias de desenvolvimento isoladamente do sistema socialista mundial.

Conclusão

A revolução africana, ao concentrar-se na destruição do imperialismo, do colonialismo e do neocolonialismo, visa realizar uma transformação completa da sociedade. Já não se trata, para os Estados africanos, de escolher um modo de produção capitalista ou não capitalista, porque a escolha já foi feita pelos trabalhadores africanos: a libertação e unidade do continente, que apenas a luta armada para o socialismo realizará. Porque a unidade política de África só é possível no socialismo.

“Capitalismo popular”, “capitalismo esclarecido”, “paz entre as classes”, “harmonia social”, tudo isto corresponde a tentativas falaciosas e burguesas de alienar as massas. Alguns sugerem uma via “não capitalista” seguida de uma “união das forças progressistas”; ora, um tal sistema não pode convir à África dos tempos modernos. Porque os Estados africanos não podem escolher entre uma ou outra destas possibilidades: regressar à dominação imperialista pelo capitalismo e neocolonialismo, ou adotar os princípios do socialismo científico. Seria falso pretender que a instauração de um regime socialista não é possível nos países pouco industrializados, onde um proletariado forte é ainda pouco numeroso. A história provou que um proletariado relativamente pouco numeroso, bem organizado e dirigido, pode levar as massas cam-

ponesas a tomar consciência e a fazer rebentar uma revolução. Em uma situação neocolonialista, não pode haver compromissos; apenas o socialismo pode pôr fim à exploração capitalista-imperialista.

O socialismo só será realizado através da luta de classes. Na África, o inimigo interno, que é a burguesia reacionária, deve ser desmascarado: trata-se de uma classe de exploradores, de parasitas e de colaboradores de imperialistas e neocolonialistas, dos quais depende a manutenção das suas posições privilegiadas. A burguesia africana é essencialmente a continuidade da dominação e da exploração imperialista e neocolonialista. Perante a necessidade da sua eliminação, um partido revolucionário socialista de vanguarda organizará e enquadrará a solidariedade operária-camponesa. Graças à derrota da burguesia nativa, do imperialismo, do neocolonialismo e dos inimigos exteriores da Revolução Africana, as aspirações do povo africano serão realizadas.

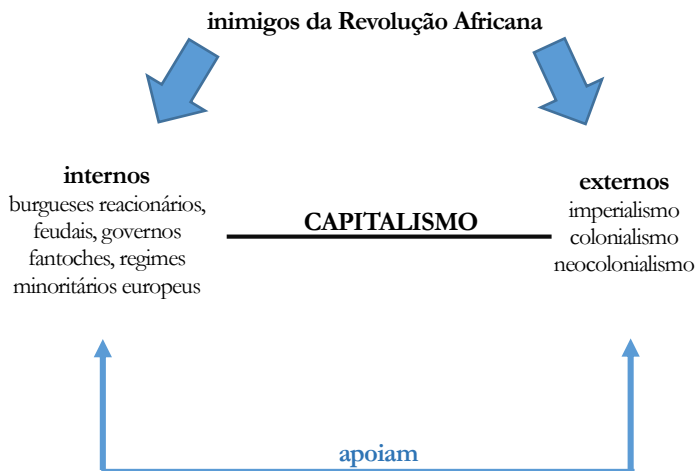
Como nas outras regiões do mundo em que a revolução socialista está bastante dependente das massas camponesas, os quadros da Revolução Africana veem-se perante uma tarefa gigantesca: têm de conquistar o proletariado urbano e rural para a revolução e estende-la até aos campos; é então que os combatentes da liberdade – de quem depende muito a revolução na sua fase armada – poderão desenvolver e alargar suas áreas de operações. Ao mesmo tempo, é necessário politizar os dois principais pilares do poder burguês – a burocracia e a polícia e exército.

A vitória das forças revolucionárias depende da habilitade do partido revolucionário socialista em fixar a importância das classes sociais e em distinguir os aliados e os inimigos da revolução. O partido deve estar à altura de mobilizar e di-

rigir o conjunto das forças para a revolução socialista já existente, e despertar e estimular o imenso potencial revolucionário ainda por explorar.

Enquanto a violência for utilizada contra os povos africanos, o partido não alcançará seus objetivos sem utilizar todas as formas de luta política, inclusive a luta armada. Se a luta armada deve ser empreendida de modo eficaz, deve – tal como o partido – ser centralizada. Um alto Estado-Maior Pan-Africano, enquadrado por um partido operário pan-africano, deveria poder planificar uma estratégia e uma tática unificadas, atacando assim mortalmente o imperialismo, o colonialismo e o neocolonialismo, assim como os regimes minoritários europeus em África.

A resistência armada não é um fenômeno novo para a África: durante séculos, africanos lutaram contra o intruso colonialista, se bem que estes combates heroicos tenham sido relegados ao silêncio por historiadores estrangeiros e burgueses. Na realidade, os africanos nunca deixaram de impor resistência diante da penetração e da dominação imperialista, mesmo quando esta resistência se tornou não violenta à medida que a opressão e a exploração imperialistas se acentuavam. Quando a colonização se encontrava no seu apogeu, a resistência africana pareceu, momentaneamente, ter sido finalmente vencida, e aparentava então que a dominação política e econômica do continente pelas potências estrangeiras estava definitivamente estabelecida. Mas isto era ilusório: a resistência africana ressurgiu após a Segunda Guerra Mundial, sob a forma de lutas de libertação nacional. Se algumas destas conseguiram triunfar sem o recurso às armas, outras só após anos de combate armado conheceram a vitória.



A independência política não trouxe o fim nem da opressão e da exploração econômica, nem da ingerência estrangeira na vida política. O período neocolonialista começou logo que os monopólios capitalistas internacionais deram seu apoio, durante a época colonial, à burguesia nativa, para assegurar seu controle da vida econômica do continente.

O neocolonialismo passou a empregar uma nova forma de violência contra os povos africanos, através de dominação política indireta, pela burguesia nativa e pelos governos fantoches teleguiados pelo neocolonialismo; exploração econômica direta através da extensão das operações de corporações poderosas; controle dos meios de comunicação, infiltração ideológica. E outras maneiras insidiosas de penetração.

Nestas circunstâncias, compreende-se a importância da luta armada. Porque a libertação e a unificação da África não podem estar dependentes de um consentimento, de preceitos morais ou de uma conquista moral. É somente recor-

rendo às armas que a África poderá se livrar dos últimos vestígios de colonialismo, imperialismo e neocolonialismo e se libertará e unirá no socialismo. As massas africanas terão então o apoio e a assistência do mundo socialista.

A luta revolucionária africana não é uma luta isolada; não faz apenas parte da revolução socialista mundial, mas também da revolução do Mundo Negro. Por toda parte onde os descendentes africanos são oprimidos – como nos Estados Unidos e nas Antilhas² – rebentam lutas pela libertação. Porque nestas regiões do Mundo, onde o homem negro é colonizado, é simultaneamente vítima de uma discriminação de classe e de raça.

A África é o centro da revolução do Mundo Negro; enquanto não for unificada sob a direção de um governo socialista, os homens negros do mundo inteiro não terão uma nacionalidade. É à volta da luta dos povos africanos pela libertação e unidade do continente que tomará forma uma autêntica cultura negro-africana. A África é *um* continente, *um* povo, *uma* nação. A teoria segundo a qual uma nação não tem razão de ser se não tiver um território comum, uma língua comum e uma cultura comum não conseguiu sobreviver ao teste do tempo, que define cientificamente a realidade objetiva. Porque, se de fato esses elementos podem constituir uma nação, a presença desses três elementos não é necessária à sua existência. Um território comum e uma língua comum podem ser suficientes para a formação de uma nação, assim como um território comum e uma cultura comum. Às vezes até um só destes elementos é suficiente. Um Estado pode existir sobre bases multinacionais; porque é a economia que

2. Todos os povos de descendência africana, quer vivam no Norte ou no Sul da América, nas Antilhas ou em outra parte do Mundo, são africanos e pertencem à nação africana.

reúne os indivíduos em um mesmo território. É nesta base que os africanos de hoje se reconhecem a si próprios potencialmente como uma nação, cujo domínio é todo o continente africano.

O objetivo principal dos revolucionários do Mundo Negro deve ser a libertação e a unificação totais da África sob a direção de um governo pan-africano socialista. É um objetivo que satisfará as aspirações dos povos africanos de todo o mundo. Fará ao mesmo tempo triunfar a revolução socialista internacional e contribuirá para encaminhar o mundo para o comunismo para o qual tendem todas as sociedades segundo o princípio: de cada um segundo suas capacidades, a cada um segundo suas necessidades.

